



Título: Relatório de Sustentabilidade 2012

Cliente: COPEL

Consultor: SAM

**Versão 5 – quinta-feira, 26 de setembro de 2013 - Definitivo
Ultimate**

Sumário

1. Mensagem do Presidente	6
1.1 Mensagem.....	6
2. Sobre este Relatório	8
2.1 Sobre este Relatório.....	8
2.2 Matriz de materialidade.....	10
3. A Copel	13
3.1 Dados gerais.....	13
3.1.1 Participação no mercado	13
3.2 Participações societárias e organograma	14
3.3 Segmentos de Negócios.....	15
3.3.1 Geração.....	15
3.3.2 Transmissão	18
3.3.3 Telecomunicações.....	19
3.3.4 Distribuição	20
3.4 Prêmios e reconhecimentos em 2012	21
4. Governança Corporativa	22
4.1 Governança Corporativa	22
4.2 Referencial estratégico	23
4.3 Estrutura organizacional	23
4.4 Assembleia Geral.....	24
4.5 Conselho de Administração	25
4.6 Conselho Fiscal.....	26
4.7 Comitê de Auditoria	27
4.8 Auditoria Interna.....	27
4.9 Auditoria Externa	27
4.10 Conselho de Orientação Ética	28
4.10.1 Código de Conduta.....	28
4.10.2 Canal de Comunicação Confidencial.....	28
4.11 Diretoria Executiva.....	29
4.11.1 Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes.....	29
4.12 Melhores práticas de Governança Corporativa	30
4.13 Gestão de Riscos	30
4.13.1 Política e Modelo de Gestão de Riscos	30
4.14 Planejamento Estratégico	32
4.15 Compromissos com iniciativas externas	32
4.16 Adoção de normas e padrões	33
5. Desempenho Econômico-Financeiro	33
5.1 Forma de Gestão.....	33
5.1.1 Presença no Mercado	34
5.1.2 Impactos econômicos indiretos	34
5.2 Conjuntura Econômica e Setorial.....	34
5.2.1 Prorrogação das Concessões e Licitações.....	34
5.2.2 Mercado Total Faturado	36

5.2.3	Mercado Fio	36
5.2.4	Projeções de Mercado	37
5.2.5	Fluxo de Energia.....	37
5.2.6	Comercialização de energia em 2012	38
5.2.7	Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.	38
5.3	Principais Resultados	39
5.3.1	Receita Operacional Líquida	39
5.3.2	Lucro Líquido.....	39
5.3.3	Ebitda	40
5.3.4	Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	40
5.3.5	Endividamento	41
5.3.6	Inadimplência de consumidores	41
5.3.7	Investimentos.....	42
5.3.8	Pesquisa e Desenvolvimento	43
5.4	Mercado de Capitais	43
5.4.1	Composição acionária e desempenho das ações	43
5.4.2	Valor Econômico Agregado (VEA).....	44
6.	Desempenho Social	45
6.1	Forma de Gestão.....	45
6.1.1	Práticas trabalhistas e trabalho decente	45
6.1.2	Direitos Humanos.....	46
6.1.3	Sociedade.....	47
6.1.4	Responsabilidade pelo Produto/Serviço	47
6.1.5	Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial	48
6.1.6	Aonde iremos (metas).....	48
6.1.7	Educação para Sustentabilidade.....	48
6.1.8	Incorporação dos Princípios do Pacto Global	49
6.2	Acionistas e Investidores.....	51
6.2.1	Ações.....	52
6.2.2	Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	52
6.2.3	Tag Along.....	52
6.2.4	Acordo de Acionistas.....	52
6.2.5	Mercados de Negociação.....	52
6.2.6	Canais de Relacionamento.....	52
6.3	Empregados	53
6.3.1	Perfil do quadro de empregados das subsidiárias integrais	53
6.3.2	Política salarial	54
6.3.3	Benefícios.....	54
6.3.4	Treinamento e desenvolvimento (T&D)	55
6.3.5	Relações trabalhistas e liberdade de associação	55
6.3.6	Clima organizacional e Pesquisa de Opinião do Empregado (POE)	56
6.3.7	Diversidade e igualdade de oportunidades	56
6.3.8	Programa EletriCidadania: voluntariado corporativo	57
6.3.9	Saúde e Segurança	58
6.3.10	Indicadores de Empregabilidade	59
6.4	Fornecedores	62
6.5	Clientes.....	63
6.5.1	Número de clientes por classe.....	63

6.5.2	Canais de relacionamento	64
6.5.3	Indicadores de fornecimento.....	65
6.5.4	Pesquisas, índices de satisfação e conformidade	65
6.5.5	Saúde e segurança dos clientes e da população.....	67
6.6	Comunidade	69
6.6.1	Programas e projetos.....	69
6.6.2	Programa de eficiência energética e uso racional	70
6.7	Governo e Sociedade	70
6.7.1	Participação em Políticas Públicas	70
6.7.2	Programa Luz Para Todos.....	71
6.7.3	Outros Programas	71
7.	Desempenho Ambiental	72
7.1	Gestão do Desempenho Ambiental	72
7.2	Gestão Sociambiental de Novos Empreendimentos.....	73
7.2.1	Usina Hidrelétrica - UHE Mauá	74
7.2.2	Usina Hidrelétrica - UHE Colíder	74
7.2.3	Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso II	74
7.3	Licenciamento Ambiental	73
7.3.1	Regularização do Licenciamento Ambiental.....	75
7.4	Sistema de Gestão Integrado	75
7.5	Materiais	75
7.6	Resíduos	76
7.7	Gestão de Bifenilas Policloradas - PCBs (Ascarel)	78
7.8	Derramamentos de óleo mineral isolante	80
7.9	Energia	80
7.10	Água	81
7.10.1	Consumo próprio de água.....	81
7.10.2	Efluentes	82
7.10.3	Gestão socioambiental de reservatórios	83
7.10.4	Controle da qualidade da água dos reservatórios	83
7.10.5	Base de Dados Hídrica com método de Ottocodificação da Agência Nacional das Águas	83
7.11	Biodiversidade.....	84
7.11.1	Programa de Gestão da Biodiversidade.....	84
7.11.2	Programa de monitoramento e repovoamento da Ictiofauna	85
7.11.3	Programa Florestas Ciliares.....	85
7.11.4	Hortos Florestais	86
7.12	Emissões.....	86
7.12.1	Emissões de gases do efeito estufa	86
7.12.2	Outras emissões indiretas de gases do efeito estufa (GEE).....	87
7.12.3	Emissões de óxidos de enxofre e nitrogênio	87
7.12.4	Emissões de material particulado	88
7.12.5	Utilização de substâncias destruidoras da camada de ozônio.....	88
7.12.6	Projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados ao meio ambiente.....	88
7.13	Outros programas e projetos.....	89
7.13.1	Redes Compactas	89
7.13.2	Redes Secundárias Isoladas	89
7.13.3	Programa de Arborização Urbana.....	89

7.14 Investimentos.....	90
8. Balanço Social Ibase+NBCT-15	91
8.1 Balanço Social Ibase+NBCT-15	91
9. Índice Remissivo GRI-G3.1 e Correlação com o Pacto Global	94
9.1. Índice Remissivo GRI-G3.1 e Correlação com o Pacto Global.....	94
10. Certificação	101
10.1 Asseguração pela KPMG	101
10.2 Checagem do nível de aderência pela GRI.....	101
11. Créditos	102
11.1 Créditos.....	102

1. Mensagem do Presidente

1.1 Mensagem

O ano de 2012 foi muito bom para a Copel. Inauguramos a Usina Hidrelétrica de Mauá, em parceria com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., chegamos à marca de quatro milhões de unidades consumidoras na distribuição, atendendo mais de 10 milhões de pessoas. Cumprimos a meta de estar fisicamente presente em todos os municípios da área de concessão, agora com 411 unidades, entre agências e postos de atendimento. Também completamos a rede de fibra ótica nos 399 municípios no Paraná, o que fez do estado o primeiro do Brasil com 100% de cobertura digital, além de iniciarmos a comercialização de telefonia e internet em banda extralarga no segmento residencial em Curitiba e Irati.

Em setembro, o Governo Federal divulgou a medida Provisória nº 579/2012 e, em janeiro de 2013, a transformou na lei nº 12.783, que dispõe sobre a redução dos encargos setoriais das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para o consumidor final. Ao aderir ao plano de redução da tarifa, com a antecipação da prorrogação da concessão de transmissão, assumimos um déficit compensado com a expansão dos negócios e a busca de novas receitas no mercado elétrico nacional, incluindo investimentos em pesquisa e desenvolvimento e realização de negócios inovadores.

O contrato de concessão de geração da Copel abrangido pela MP nº 579/2012 representava apenas 272 megawatts e não foi renovado. A análise técnica e financeira deste contrato revelou a não prorrogação como melhor opção para a saúde financeira da Companhia, até porque as condições do principal ativo do contrato, a Usina Parigot de Souza, sugerem uma ampla possibilidade de a recuperarmos em futuro leilão. O cenário de redução da tarifa e perda de receita justifica atuações fortes para a redução de custeio, como o Programa de Sucessão e Desligamento Voluntário, que no ano teve 790 adesões, mais que o dobro de 2011, quando houve 322 adesões.

Buscando consumir o salto estratégico proposto por nosso acionista majoritário, o Estado do Paraná, demos continuidade à expansão das atividades, com a meta de retomar o lugar de potência no mercado elétrico brasileiro.

Além de significativa aplicação de recursos no Paraná, fechamos 2012 com obras, projetos e concessões em mais nove estados do País (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo,

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia), por meio de parcerias com diversas empresas, entre elas a Furnas Centrais Elétricas S.A., Elecnor Transmissora de Energia S.A. e a chinesa State Grid Brazil Holding. Com esta última, construiremos um total de 2,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, em três diferentes projetos que, somados, garantirão a duplicação dos atuais ativos de linhas de transmissão da Copel.

Ainda na geração, assinamos acordo de cooperação técnica com oito grandes empresas do setor elétrico nacional e internacional para fazer estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do complexo hidrelétrico da bacia do Rio Tapajós, no Pará, num total de 10.682 megawatts de capacidade instalada. Em Curitiba e na região metropolitana, a Copel iniciou um programa de obras de R\$ 500 milhões, que garantirão o atendimento eficiente durante a Copa do Mundo da Fifa de 2014.

No âmbito interno, criamos a diretoria de Novas Energias e a universidade corporativa UniCopel. Também implementamos o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores (CIS) e o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP), ferramentas de gestão e controle de processos administrativos, financeiros e comerciais.

No caminho de nosso plano de operação e expansão nos deparamos com mudanças regulatórias, aumento nas demandas socioambientais e árduas negociações locais para continuidade da realização de grandes obras. São desafios que podem afetar o planejamento estratégico da Empresa e o andamento de cronogramas previstos, por isso concentramos nossos esforços para buscar as melhores alternativas e obter os resultados esperados.

Nossa sociedade enfrenta um grande dilema, que é crescer sem comprometer a renovação dos recursos naturais. Se por um lado o crescimento e a entrega de resultados trazem empregos, renda, avanços tecnológicos e conforto, por outro temos o compromisso de buscar realizar nossas atividades com o menor impacto possível ao meio ambiente. A Copel tem disseminado o conceito de sustentabilidade para melhorar o entendimento e a qualidade das discussões como forma de contribuir para a busca deste ponto ideal.

Sabemos que, pela finalidade das nossas operações, temos um papel importante para a sociedade como agente de transformação e desenvolvimento. Em 2012 e início de 2013, por meio do programa Luz Para Todos e outros projetos sociais e de eficiência energética, conseguimos fornecer eletricidade às famílias de baixa renda e proporcionar menores custos na fatura de energia.

Nossas iniciativas reforçam a visão de sustentabilidade da Companhia, que, no último ano, foi mantida por meio dos compromissos assumidos nos âmbitos econômico, social e ambiental. Permanecemos no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e gradativamente as ações têm recuperado seu valor desde o final de 2012. Os 10 princípios do Pacto Global da ONU são base de muitas de nossas atividades, programas e projetos, o que indica nosso compromisso ao adotar ações relacionadas aos direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Todas essas realizações nos fizeram conquistar, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio Abradee de melhor distribuidora do Brasil na avaliação do cliente e o prêmio Cier de melhor distribuidora da América Latina, bem como o primeiro lugar no Melhor Índice de Satisfação dos Clientes na Região Sul, da Aneel.

Em nome da Copel, agradeço nossos acionistas e empregados que contribuíram para agregar valor à Companhia e estender os benefícios de nossas atividades à população do Paraná no período. Para os próximos anos, queremos manter a expansão dos negócios e a melhoria dos serviços, aperfeiçoando os ativos do setor elétrico e respeitando as pessoas em todos os campos em que atuamos.

GRI 1.1 | 1.2 | 2.9

Curitiba, junho de 2013.

Lindolfo Zimmer

Diretor Presidente

2. Sobre este Relatório

2.1 Sobre este Relatório

Pelo oitavo ano consecutivo a Copel publica seu relatório anual de sustentabilidade, de maneira a prestar contas sobre seu desempenho econômico, social e ambiental aos públicos com que mantém relacionamento. O relato abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012 e contem as práticas e os destaques da Companhia, suas subsidiárias integrais e controladas, exceto quando mencionado diferentemente. Fatos relevantes que aconteceram de janeiro a maio de 2013 também foram incluídos neste relato. **GRI 3.1 | 3.2 | 3.3 | 3.6 | 3.7 | 3.8**

Esta edição está alinhada às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão G3.1, e atende o nível A de aplicação. O relatório também seguiu as orientações da GRI na publicação intitulada “Fazendo a Conexão - usando as diretrizes GRI/G3 de relatório para a Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU”, o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T15. Além disso, foram utilizadas informações das demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Para informações socioambientais, as técnicas de medição de dados e as bases de cálculos utilizam, sempre que disponíveis, métodos reconhecidos como o GHG Protocol, entre outros. A Copel mobiliza várias áreas e pessoas no processo de coleta e consolidação de indicadores e, na busca por melhoria, pretende identificar ferramentas que facilitem o controle e a rastreabilidade dos dados. **GRI 3.9**

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI G3							
Nível de aplicação G3		C	C+	B	B+	A	A+
Padrão de divulgação	G3 Perfil do Relatório	Relatar sobre os itens: 1.1 2.1-2.10 3.1-3.8, 3.10-3.12 4.1-4.4, 4.14-4.15	Relatório externamente verificado	Relatar sobre todos os itens do nível C, mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5-4.13, 4.16-4.17	Relatório externamente verificado	Mesmo requisito como nível B.	Relatório externamente verificado
	G3 Formas de gestão	Não requisitado		Divulgação da forma de gestão para cada categoria de indicadores.		Divulgação da forma de gestão para cada categoria de indicadores.	
	G3 Indicadores de Desempenho & Indicadores dos suplementos setoriais	Relatar no mínimo 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada área: social, econômico e ambiental		Relatar no mínimo 20 Indicadores de Desempenho, pelo menos um de cada segmento: econômico, ambiental, direitos humanos, trabalho, sociedade, responsabilidade pelo produto		Relatar cada Indicador de Desempenho essencial do G3 e Suplementos Setoriais*, respeitando o princípio da materialidade, através: a) respondendo o Indicador ou b) explicação da sua omissão.	

O documento apresenta uma reformulação, pois não foi utilizado o modelo de relato da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o que resultou na exclusão de dados e tabelas presentes no relatório anterior. **GRI 3.10 | 3.11**

A matriz de materialidade, realizada em 2013, foi a referência para a definição do conteúdo apresentado. Com o relatório, a Copel espera que os empregados, clientes, fornecedores, governo, comunidades, acionistas e sociedade em geral compreendam como a empresa realiza a gestão de seus negócios. **GRI 3.5**

A Companhia submeterá o documento a verificação externa e enviará à Global Reporting Initiative - GRI para checagem como forma de assegurar a qualidade do relatório. **GRI 3.13**

Para dúvidas, sugestões ou esclarecimentos sobre o documento, contate a área de **Relações com Investidores pelo e-mail ri@copel.com ou telefone (41) 3331-4359.** **GRI 3.4**

2.2 Matriz de materialidade

No início de 2013, a Copel buscou identificar quais são os temas mais importantes para a gestão da empresa e que devem ser abordados com profundidade no relatório de sustentabilidade. Esse processo definiu a matriz de materialidade, de maneira a atender os interesses de seus *stakeholders*.

Dessa forma, a Companhia enviou uma pesquisa por e-mail para 150 *stakeholders* e obteve o retorno de 31 pessoas de instituições com as quais mantém relacionamento contínuo, com o objetivo de validar temas atuais de relevância para o relatório (empregados, clientes e conselho de consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, associações e ONGs, comunidade e entidades interessadas, universidades, acionistas, governo e órgãos públicos, órgãos ambientais e alta direção). **GRI 4.14 | 4.15 | 4.16**

Resultados de pesquisas de satisfação, assuntos divulgados na mídia, questões regulatórias que impactaram no valor das ações, entre outros aspectos, também foram levados em consideração no processo.

A consulta baseou-se nas diretrizes da GRI-G3.1, incluindo os princípios para definição de conteúdo, e avaliou o grau de importância dos desempenhos econômico, social, ambiental e setorial de energia elétrica. Os temas da pesquisa estão relacionados na tabela a seguir: **GRI 3.5**

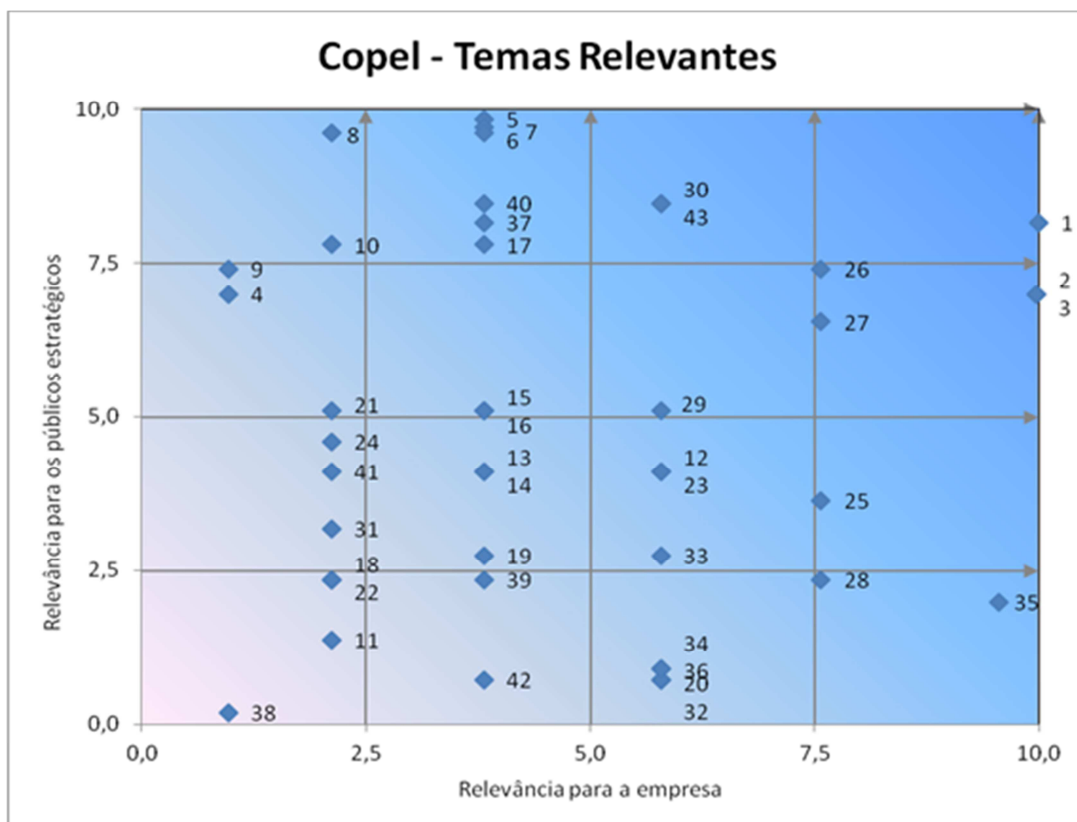
ECONÔMICOS	
1	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
2	PRESENÇA NO MERCADO
3	IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS
AMBIENTAIS	
4	MATERIAIS
5	ENERGIA
6	ÁGUA
7	BIODIVERSIDADE
8	EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS
9	PRODUTOS E SERVIÇOS
10	CONFORMIDADE
11	TRANSPORTE
12	GERAL
SOCIAIS - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	
13	EMPREGO
14	RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES E A GOVERNANÇA
15	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
16	TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
17	DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
SOCIAIS - DIREITOS HUMANOS	
18	PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA
19	NÃO DISCRIMINAÇÃO
20	LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA
21	TRABALHO INFANTIL
22	TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO
23	PRÁTICAS DE SEGURANÇA
24	DIREITOS INDÍGENAS
SOCIAIS - SOCIEDADE	
25	COMUNIDADE
26	CORRUPÇÃO
27	POLÍTICAS PÚBLICAS
28	CONCORRÊNCIA DESLEAL
29	CONFORMIDADE
SOCIAIS - RESPONSABILIDADE PELO SERVIÇO OU PRODUTO	
30	SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE
31	ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS
32	COMUNICAÇÕES DE MARKETING
33	PRIVACIDADE DO CLIENTE
34	CONFORMIDADE
SETORIAIS - ENERGIA ELÉTRICA	
35	DISPONIBILIDADE E CONFIABILIDADE
36	GERENCIAMENTO PELO LADO DA DEMANDA
37	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
38	DESCOMISSIONAMENTO DE USINAS
39	EFICIÊNCIA DO SISTEMA
40	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIA E DESASTRES
41	ACESSO
42	PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES
43	SAÚDE E SEGURANÇA DA POPULAÇÃO

O momento de mudanças do setor elétrico nacional se refletiu nos resultados da consulta, apontando como temas fundamentais os relacionados ao desempenho econômico-financeiro da Copel, seguido de temas sociais e, por fim, os ambientais.

Dentre os 43 temas previamente selecionados e sugeridos, 15 foram apontados em uma ordem de importância e priorizados no Relatório de Sustentabilidade 2012 da Copel:

GRI 4.17

- i. Desempenho econômico-financeiro
- ii. Presença no mercado
- iii. Impactos econômicos indiretos
- iv. Corrupção
- v. Políticas públicas
- vi. Saúde e segurança do cliente
- vii. Saúde e segurança da população
- viii. Sociedade - Conformidade
- ix. Energia
- x. Água
- xi. Biodiversidade
- xii. Prevenção e preparação para emergência e desastres
- xiii. Pesquisa e Desenvolvimento
- xiv. Diversidade e igualdade de oportunidades
- xv. Comunidade



3. A Copel

3.1 Dados gerais

Criada em outubro de 1954, a Companhia Paranaense de Energia tem sede em Curitiba (PR), na Rua Coronel Dulcídio, nº 800, bairro Batel, CEP 80420-170, e é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná. **GRI 2.1 | 2.4 | 2.6**

Por meio de suas subsidiárias, a Copel pesquisa, estuda, planeja, constrói e explora a produção, transformação, distribuição, comercialização e o transporte das mais diversas formas de energia, com foco principal para a energia elétrica. Opera principalmente no Paraná e em outros nove estados brasileiros um sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição. Exclusivamente no estado, construiu e mantém um sistema óptico de telecomunicações com tecnologia de ponta que atende a todas as cidades do Paraná. **GRI 2.2**

3.1.1 Participação no mercado

GRI 2.5 | 2.7

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica ⁽¹⁾	3,5	⁽²⁾ 28,0	^{(2) (3)} 59,7
Transmissão de energia elétrica ⁽⁴⁾	2,4	14,3	41,2
Distribuição de energia elétrica ⁽⁵⁾	⁽⁶⁾ 5,9	⁽⁶⁾ 33,8	⁽⁷⁾ 97,2
Distribuição de gás	2,3	37,0	100,0

⁽¹⁾ Não incluídas as participações da Copel

⁽²⁾ Não incluída a Usina de Itaipu

⁽³⁾ Não inclui as usinas do Rio Paranapanema

⁽⁴⁾ O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

⁽⁵⁾ Participação no atendimento ao mercado cativo/livre

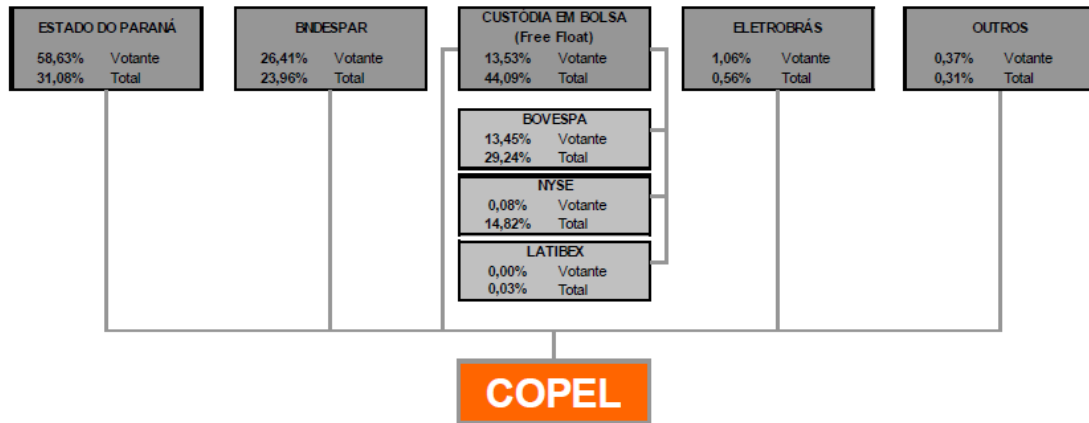
⁽⁶⁾ Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE

⁽⁷⁾ Dado estimado

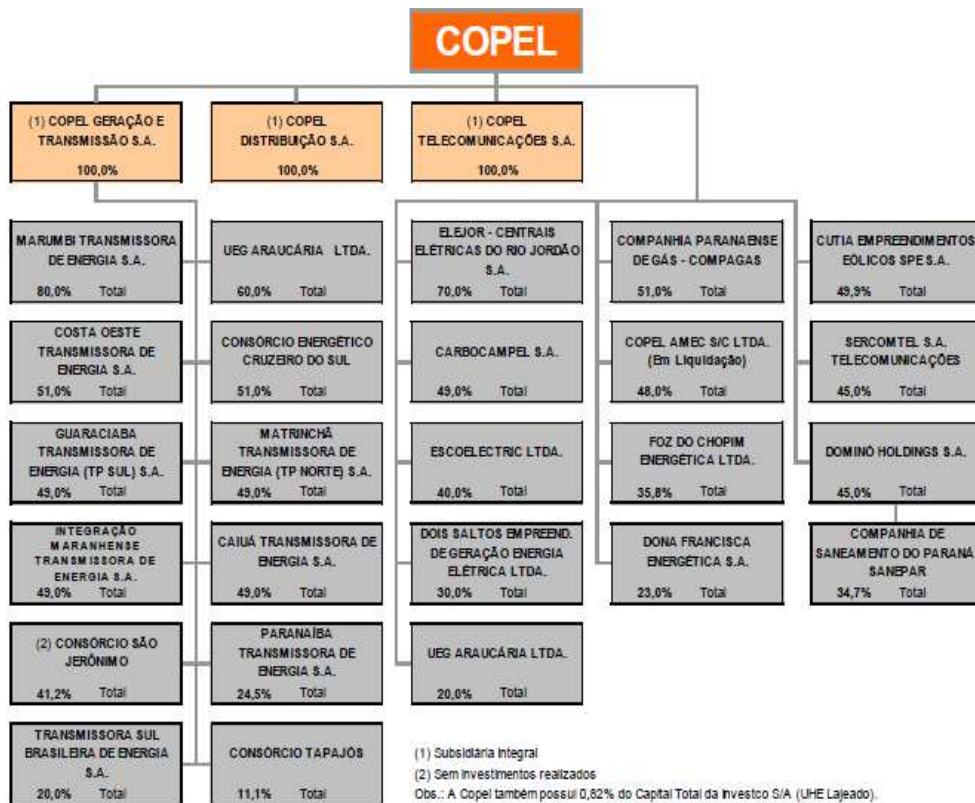
3.2 Participações societárias e organograma

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

POSIÇÃO EM 31.12.2012



GRI 2.31 EC4 parcial



3.3 Segmentos de Negócios

A Copel atua nos segmentos de geração, transmissão, distribuição de energia, telecomunicações, além de operar também nos segmentos de saneamento e gás natural. Pode também participar, em conjunto com empresas públicas ou privadas, de consórcios, companhias e empresas cujos objetivos sejam o desenvolvimento de atividades que estejam em seu escopo de negócios. **GRI 2.2**

3.3.1 Geração

A capacidade instalada total da Copel por fonte de energia primária é de 5.343,1 MW, sendo que todas as usinas são regidas pelo mesmo sistema regulatório. **GRI EU1**

Por fonte	Capacidade (MW)	Participação
Hidrelétrica	4.933,3	92,33%
Eólica	2,5	0,05%
Carvão mineral	20	0,37%
Gás Natural	387,28	7,25%
TOTAL	5.343,1	

Entre as principais atividades de geração da Companhia está a operação de 20 usinas próprias, sendo 18 hidrelétricas, uma termelétrica e uma eólica, com capacidade instalada total de 4.737,1 MW e energia assegurada de 2.058,1 MW médios. Todos esses ativos geraram 18.180,9 GWh em 2012, a maior parte (99,6%) de fonte hidrelétrica e eólica.

Além das usinas próprias, a Copel também é sócia de empreendimentos parceiros, o que totaliza 606 MW de potência instalada, valor proporcional a sua participação nestes empreendimentos. São oito usinas, sendo sete hidrelétricas e uma termelétrica a gás natural.

Considerando estas empresas, a produção líquida no ano foi de 20.988,83 MW. Por fonte, a produção líquida foi de: hidrelétrica: 19.102,33 GWh (91,01%); eólica: 3,78 GWh (0,02%); carvão mineral: 71,49 GWh (0,34%) e gás natural: 1.811,23 GWh (8,63%). **GRI EU2**

A geração de energia elétrica nas usinas da Copel é supervisionada pelo Centro de Operação da Geração, localizado em Curitiba. Todas as usinas da Companhia e de suas parcerias estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional, regido por um mesmo poder concedente,

representado pelo Ministério de Minas e Energia e regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Além disso, no ano, a Copel está construindo a UHE Colíder (Rio Teles Pires), e a PCH Cavernoso II (Rio Cavernoso). Com relação à UHE São Jerônimo (Rio Tibagi), há uma série de questões a ser resolvidas antes que a construção possa começar, sendo a mais significativa delas a necessidade de obter permissão do Congresso Brasileiro para o início da construção, pois o reservatório da futura usina se localizará parcialmente em área indígena, conforme a tabela:

Usina	Potência instalada	Local	Início das operações	Outros
UHE Colíder	300 MW	Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, em Mato Grosso	Previsão para janeiro de 2015	Implementada pela Copel, com investimento previsto de R\$ 1,6 bilhão
PCH Cavernoso II	19 MW	Rio Cavernoso, entre os municípios de Virmond e Candói, no Paraná	Previsão para o primeiro semestre de 2013	Implementada pela Copel, com investimento previsto de R\$ 120,0 milhões
UHE São Jerônimo	331 MW	Rio Tibagi, no Paraná	(1)	A ser implementada pelo Consórcio São Jerônimo

(1) Para o início das obras é necessária autorização do Congresso Nacional, conforme artigo 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal, visto que o reservatório da usina atinge áreas indígenas

3.3.1.1 *Prevenção e preparação para emergência e desastres*

GRI EU21

A Copel tem dois tipos de procedimentos para prevenção e atuação caso ocorram possíveis desastres com impacto tanto em suas instalações, como usinas hidrelétricas e subestações, quanto nos serviços oferecidos aos seus clientes: os Planos de Ações Emergenciais (PAEs) e o Teste de Black Start.

- **Planos de Ações Emergenciais (PAEs)**

Os Planos de Ações Emergenciais (PAEs) são um conjunto de documentos que descrevem os atos de controle de desastres, com o objetivo de maximizar a proteção aos empregados, aos equipamentos, à imagem da empresa, ao meio ambiente e à comunidade, caso haja uma situação de emergência.

Eles têm duas abordagens: a usina e os empregados. A que se refere aos cenários que comprometem a produção de energia na usina busca analisar o tempo que a função ficaria comprometida e o custo que o imprevisto demandaria para repor a usina em condições normais de operação. A que se refere à integridade física dos empregados mantém planos para atendimento emergencial a possíveis acidentes, como choque elétrico, quedas, mal súbito, queimaduras, entre outros.

De forma geral, os documentos dos PAEs expõem claramente: a que a contingência se destina e suas consequências; responsabilidades, documentos e os contatos para que as ações de controle sejam efetivas; as características específicas da instalação afetada; as condições de referência, que permitam caracterizar a evolução de uma situação e eventuais novas ações de controle; organizações que possam ser acionadas para auxiliar no controle do evento; as condições que caracterizam o fim da contingência e os procedimentos para a normalização das instalações afetadas. Porém, cada usina possui PAEs específicos.

Em complemento aos Planos, a Copel realiza duas simulações anuais, que preparam os funcionários e comunidades para ocorrências associadas a fenômenos naturais (vendavais, períodos de cheias), falhas estruturais em equipamentos e construções, e falhas relacionadas a vandalismo, sabotagem, entre outros. A mensuração do treinamento para colaboradores, terceiros e subcontratados ocorre em reuniões antes e depois de tais simulações.

Os PAEs são publicados em pasta de rede, com acesso liberado a todos os empregados da Companhia, e divulgados nas salas de comando de cada usina, além de ser fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

- **Teste Black Start**

O Teste Black Start é um procedimento anual, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que visa avaliar a capacidade de autorrestabelecimento integral e parcial das usinas, por meio de testes individuais e simultâneos das unidades geradoras, com a finalidade de que as companhias sempre mantenham seus recursos operando de modo satisfatório.

Todas as usinas da Copel possuem plano de emergência/recomposição local, documentados na Instrução Técnica de Geração de cada unidade e arquivados no Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED).

A restauração da energia é feita em duas partes: a fluente e a coordenada. A fluente é realizada a partir de procedimentos pré-definidos, que permitem a restauração do suprimento

de energia a cargas prioritárias em área geoeletrica definida, e se dá a partir das usinas de autorrestabelecimento. Na coordenada, os centros de operação coordenam a energização de cargas adicionais, fechamento de anéis ou paralelos entre áreas geoeletricas, nas quais o suprimento de energia já foi restabelecido.

A sociedade não participa do black start, mas as premissas da elaboração desses planos buscam deixar a comunidade sem energia o menor tempo possível, além de atender com prioridade as cargas emergenciais pré-estabelecidas, como hospitais.

Mais informações podem ser encontradas nos sites do ONS (www.ons.org.br) e da Aneel (www.aneel.gov.br).

3.3.2 Transmissão

A Copel tem como principal atribuição no segmento de transmissão prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, responsabilizando-se ainda pela construção, operação e manutenção de 31 subestações da rede básica (com potência de transformação de 10.902 MVA) e 2.029 km de linhas. **GRI EU4**

LINHAS DE TRANSMISSÃO	
NÍVEL DE TENSÃO (kV)	EXTENSÃO (km)
69	5,4
138	7,2
230	1.737,9
525	278,4
TOTAL	2.028,9

SUBESTAÇÕES DE TRANSMISSÃO		
NÍVEL DE TENSÃO (kV)	QUANTIDADE	POTÊNCIA (MVA)
230	27	8.102,0
525	4	2.800,0
TOTAL	31	10.902,0
Obs.: Todas SEs automatizadas		

Em 2012, diversas ampliações em subestações autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foram executadas pela Companhia. Nesse período, a Copel também concluiu as obras nas subestações Pilarzinho (230 kV), Santa Mônica (230 kV), Uberaba (230 kV), Cascavel (230 kV) e Foz do Iguaçu Norte (230 kV). E com as recentes conquistas que teve em leilões da Aneel (veja o quadro a seguir), grandes obras que estão em andamento serão continuadas, assim como novas concessões.

Descrição	Estado	Empreendimentos	Km	MVA
LT Umuarama — Cascavel Oeste SE Umuarama	Paraná	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	143 km	300 MVA
SE Camaquã III LT Salto Santiago — Itá LT Itá — Nova Santa Rita LT Nova Santa Rita — Camaquã III LT Camaquã III — Quinta	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	190 km 305 km 140 km 163 km	166 MVA
LT Umuarama — Guaira LT Cascavel Oeste — Cascavel Norte SE Santa Quitéria SE Cascavel Norte	Paraná	Caiuá Transmissora de Energia S.A.	105 km 31 km	400 MVA 300 MVA
LT Curitiba — Curitiba Leste SE Curitiba Leste	Paraná	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	28 km	672 MVA
LT Açailândia — Miranda II	Maranhão	Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	365 km	-
LT Ribeirãozinho — Rio Verde Norte LT Rio Verde Norte — Marimbondo II	Mato Grosso Goiás Minas Gerais	Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	250 km 350 km	-
LT Paranaíta — Cláudia LT Cláudia — Paranatinga LT Paranatinga — Ribeirãozinho SE Paranaíta SE Cláudia SE Paranatinga	Mato Grosso	Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	300 km 350 km 355 km	-
SE Cerquilha III	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	-	300 MVA
LT Araraquara II — Taubaté	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	334,5 km	-
LTs Londrina — Figueira LT Foz do Chopim — Salto Osório	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	88 km 10 km	-
⁽¹⁾ LT Assis — Paraguaçu Paulista II SE Paraguaçu Paulista II	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	37 km	150 MVA
LT Barreiras II — Rio das Éguas LT Rio das Éguas — Luziânia LT Luziânia — Pirapora II	Bahia Goiás Minas Gerais	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244 km 373 km 350 km	-

⁽¹⁾ Leilão realizado em 19.12.2012 e contrato de concessão assinado em 25.02.2013.

Em uma parceria com a chinesa *State Grid Brazil Holding*, há previsão da construção de 2,6 mil quilômetros de linhas de transmissão até 2014, garantindo a duplicação dos atuais ativos da Companhia.

3.3.3 Telecomunicações

A Copel é a primeira empresa do setor elétrico a receber licença da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para prestar serviços de telecomunicação, o que motivou, em 2001, a criação da Copel Telecom. Nesse segmento, a Companhia presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elaborando estudos e projetos específicos, com observância à legislação vigente.

Em 2012, a Copel Telecom tornou o Paraná o primeiro estado brasileiro a ter 100% de cobertura digital, a partir da rede de fibra ótica instalada em 399 municípios locais. Ainda

iniciou, no segmento residencial de Curitiba e Irati, a comercialização de internet em banda extralarga, juntamente com telefonia da Sercomtel.

Para expandir cada vez mais suas atividades em telecomunicações, a Copel vem investindo com projetos e concessões também nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Para tanto, mantém grandes parcerias com empresas de eletricidade.

3.3.4 Distribuição

No segmento de distribuição de energia elétrica atua provendo, operando e mantendo a infraestrutura, além de prestar serviços correlatos. São serviços voltados a atender mais de quatro milhões de consumidores de energia, em 1.120 locais de 394 municípios do Paraná e em Porto União, em Santa Catarina. A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 34,5, 69 e 138 kV.

A Copel mantém seu desafio de executar um arrojado programa de obras de linhas e subestações na área de distribuição de energia elétrica, estabelecendo contínuos records de construção de novos empreendimentos nesse segmento.

Em 2012, a Copel conectou seis novas subestações e concluiu oito novas linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia distribuída aos consumidores. Ao todo, os empreendimentos adicionaram 247 MVA ao sistema de distribuição e 69,09 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV da Copel.

Os principais destaques são das subestações de: Mandacaru (41 MVA/138 kV) no município de Maringá, Semíramis (41 MVA/138 kV) em Londrina, Ibaiti (20 MVA/138 kV) em Ibaiti, Bairro Alto (41 MVA/69 kV) em Curitiba, Passo do Iguaçu (20 MVA/138 kV) em União da Vitória e Paulo Frontin (4 MVA/34,5 kV) no município de Paulo Frontin. Também foram ampliadas a SE 138 kV Colorado, com 20 MVA, na cidade de Colorado, a SE 138 kV Horizonte, com 20 MVA, em Maringá, a SE 138 kV Céu Azul, com 20 MVA, em Céu Azul, e a SE 138 kV Socorro, com 20 MVA, no distrito de Entre Rios, em Guarapuava.

E novas linhas de alta tensão em 69 kV e 138 kV foram concluídas, conforme a tabela:

Local	Tensão
Marialva secc. Sarandi — Mandaguari	138 kV
Semíramis secc. Londrina — Vera Cruz	138 kV
Mandacaru secc. Maringá — Jd. Alvorada	138 kV
Medianeira — Santa Helena	138 kV
Bairro Alto secc. Uberaba — Atuba	69 kV
Altônia — Guaíra	138 kV
Passo do Guaçu secc. Areia — União da Vitória	138 kV
Bairro Alto secc. Tarumã — Atuba	69 kV

As tabelas a seguir apresentam, respectivamente, o parque de subestações (todas automatizadas) de distribuição da Copel, aberto por tensão, e as extensões de linhas de distribuição da empresa:

Tensão (kV)	Nº Subestações automatizadas	MVA
34,5	233	1.504,9
69	35	2.354,2
88	-	5,0
138	91	6.193,6
Total	359	10.057,7

GRI EU4

Linhas de Distribuição	Extensão (em km)
13,8 kV	99.195,1
34,5 kV	81.253,3
69 Kv**	968,5
138 kV**	4.880,1
230 kV*/**	68,3
Total	186.365,3

* Operando em 138kV

** Os valores estão sujeitos a alteração devido a implementação de novo software e a atualização de dados.

3.4 Prêmios e reconhecimentos em 2012

GRI 2.10

Em 2012, a Copel recebeu diversos reconhecimentos que atestam suas adequadas operações e realizações sociais. Dentre as principais, destacam-se:

Prêmios e certificações	Certificador
Prêmio Abradee: melhor avaliação pelo cliente entre as maiores empresas de distribuição de energia do Brasil	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)
III Prêmio Maiores Contribuintes do ICMS do Paraná 2012	Jornal Indústria & Comércio e sistema Fecomércio Sesc/ Senac do Paraná
As Melhores da Dinheiro: 1ª Melhor Empresa Brasileira do Setor de Energia	Revista IstoÉ Dinheiro
Prêmio Esporte: Melhor Amigo do Esporte no Estado	Ministério do Esporte
Grandes e Líderes - 500 Maiores do Sul: Copel e Controladas - Maior Patrimônio Líquido do Paraná, 3ª maior Empresa do Paraná e 6º lugar entre as 500 maiores do Sul, Maior Receita Bruta no Setor de Energia	Revista Amanhã e PriceWaterhouseCoopers
Abraconee - Qualidade da Transparência Contábil 2011: 3º lugar	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Top of Mind: Grande Empresa do Paraná - 2º lugar no Paraná como a "mais lembrada" na categoria Grandes Empresas, Empresa pública eficiente, Empresa em que você gostaria de trabalhar (pela 6ª vez consecutiva), Empresa preocupada com o Meio Ambiente, Empresa ou Entidade Paranaense que Investe em Cultura	Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa
CRC-RJ: Empresa Cidadã pelas informações sociais, ambientais e contábeis apresentadas em relatório, ano base 2011	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio
Prêmio Cier de Qualidade e Satisfação de Clientes: categoria Ouro (2ª vez consecutiva)	Comisión de Integración Energética Regional - Cier América Latina
Iasc: 1º lugar - Melhor Índice de Satisfação do Clientes, na Região Sul (distribuidoras com mais de quatrocentos mil consumidores)	Pesquisa Aneel
Sucesu - Associação de Usuários de Informática e Telecomunicações	Categoria E-Governo

4. Governança Corporativa

4.1 Governança Corporativa

A Copel possui uma estrutura de governança para assegurar uma atuação transparente, ética, equânime e de acordo com as melhores práticas. Assim, a empresa também busca fazer com

que o comportamento de seus executivos esteja sempre alinhado aos de seus acionistas, na busca pela geração de valor e do crescimento sustentável.

4.2 Referencial estratégico

GRI 4.8

Visão: Simplesmente a melhor da década.

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e valores:

Ética - Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.

Respeito às pessoas - Consideração com o próximo.

Dedicação - Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho contribuindo para a realização dos objetivos da organização.

Transparência - Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.

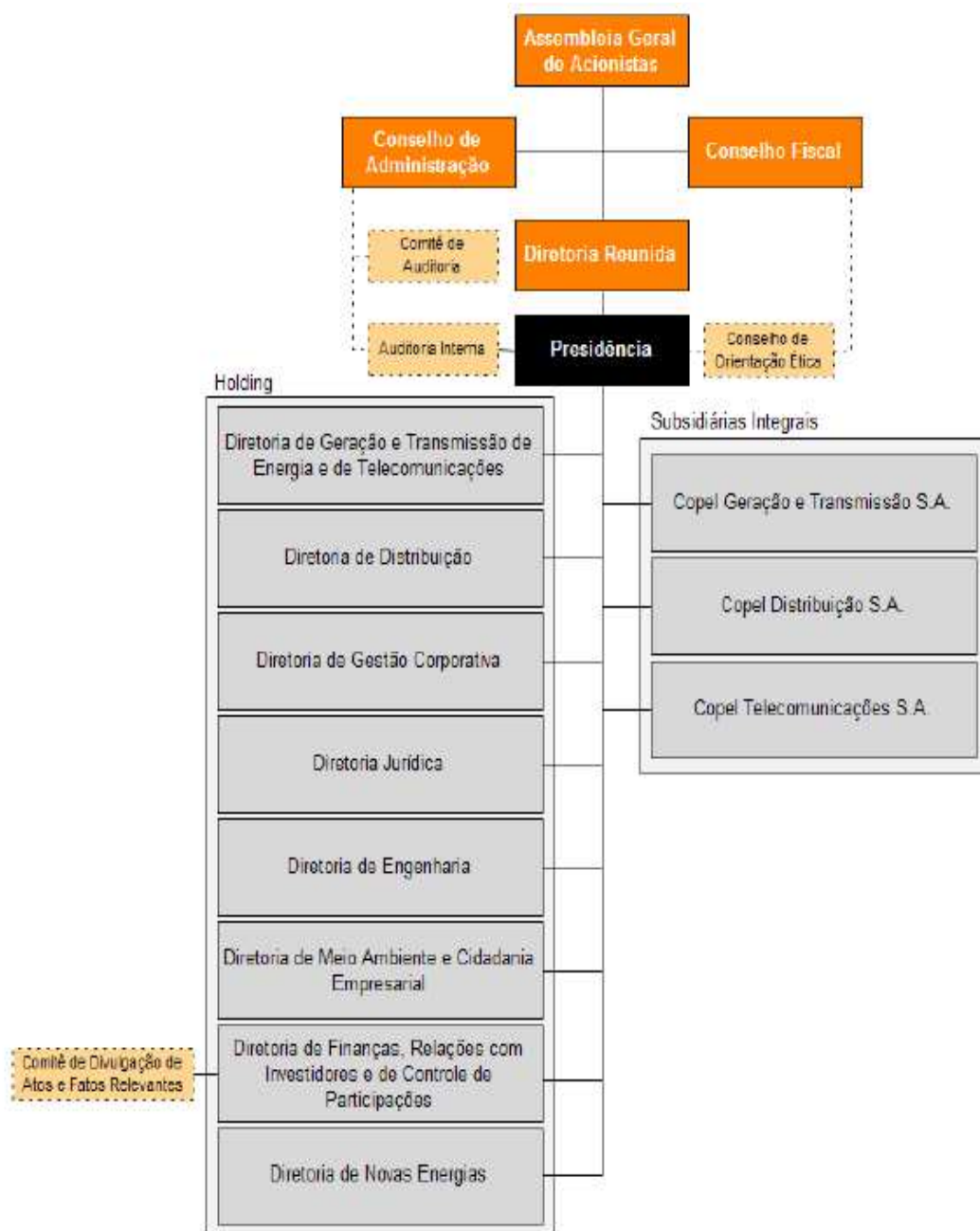
Segurança - Ambiente de trabalho saudável em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

Responsabilidade - Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

Inovação - Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

4.3 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Copel é composta por três subsidiárias integrais, comitês e conselhos oficiais, conforme organograma:



4.4 Assembleia Geral

GRI 4.1 | 4.3

A Assembleia Geral de Acionistas é um fórum no qual os acionistas podem decidir sobre os negócios relativos à Copel, tomando decisões convenientes quanto à defesa de seus interesses e ao desenvolvimento das operações. Ela é realizada ordinariamente no primeiro

quadrimestre de cada ano, mas os acionistas podem se reunir sempre que julgarem necessário. As Assembleias têm ocorrido, em regra, duas vezes por ano.

4.5 Conselho de Administração

GRI 4.2 | 4.7

O Conselho de Administração da Copel (CAD) é formado por nove membros, sendo sete independentes de acordo com os termos da Lei Sarbanes-Oxley, com mandato unificado de dois anos e direito à reeleição. Entre os conselheiros, um faz parte do quadro de empregados da Companhia e é eleito pelos demais funcionários. Outros dois são indicados por acordo de acionistas. Pela Diretoria da Copel, apenas o Diretor Presidente é membro do CAD e atua como secretário executivo do órgão.

O funcionamento e as competências do Conselho são estabelecidos em seu regimento interno, no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas.

Desde 2007 é realizado processo formal de autoavaliação periódica do CAD e de seus conselheiros individualmente. Não há norma ou exigência específica quanto ao desempenho econômico ou socioambiental, não havendo relação entre a remuneração e o desempenho de membros do conselho ou da diretoria executiva. **GRI 4.5 | 4.10**

Em 2012, esse Conselho se reuniu onze vezes no período, para discutir assuntos referentes a demonstrações financeiras, orçamentos, composição de membros, projetos, entre outros de sua jurisdição.

Composição do CAD em 30.06.2013		
		Indicação / Classificação
Presidente	Mauricio Schulman	Governo / Independente
Secretário Executivo	Lindolfo Zimmer	Governo / Interno
Membros independentes	Paulo Procopiak de Aguiar	Governo / Independente
	José Richa Filho	Governo / Independente
	Ney Amilton Caldas Ferreira	BNDES / Independente
	Maurício Borges Lemos	BNDES / Independente
	Carlos Homero Giacomini	Governo / Independente
	Marco Aurélio Rogeri Armelin	Minoritários / Independente
	Natalino das Neves	Eleito pelos empregados / Interno

BOX**Diretrizes Estratégicas Corporativas do CAD**

- Valorizar a força de trabalho.
- Reter talentos e conhecimento.
- Expandir os negócios de forma sustentável e rentável.
- Obter a excelência em custos, processos e qualidade.
- Promover a sinergia entre as diversas áreas da companhia.
- Investir em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com agregação de valor.

4.6 Conselho Fiscal

Eleito pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal é composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, com mandato de um ano, sendo três membros indicados pelo acionista controlador, um pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e outro pelos acionistas minoritários titulares de ações preferenciais. Pelo menos um deles participa das Assembleias Gerais de Acionistas, das reuniões do CAD e das reuniões do Comitê de Auditoria, que tratem de assuntos de sua competência.

O Conselho Fiscal se reúne trimestralmente para analisar e opinar sobre as demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Companhia e, extraordinariamente, para tratar de outros assuntos, quando necessário. Seu funcionamento é estabelecido conforme o Estatuto Social, o regimento interno e a Lei das Sociedades Anônimas.

Composição do Conselho Fiscal em 30.06.2013	
Presidente	Joaquim Antônio Guimarães de Oliveira Portes
Membros Efetivos	Nelson Leal Junior
	José Tavares da Silva Neto
	<i>Vaga em aberto</i>
	Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves
Membros Suplentes	Osni Ristow
	Roberto Brunner
	Gilmar Mendes Lourenço
	Bruno Cabral Bergamasco
	Flavio Jarczun Kac

4.7 Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é formado por três membros independentes e integrantes do CAD, com mandato de dois anos, de acordo com os termos da Lei Sarbanes-Oxley. Dentre suas competências estão a revisão e supervisão dos processos de elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e anuais e de controles internos e administração de riscos, com qualidade e eficiência desses processos. Ele ainda deve relatar ao CAD eventuais inobservância a normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade dos negócios da Copel.

Desde 2007, este Comitê realiza anualmente uma autoavaliação das atividades do colegiado e de seus membros individualmente. Também realiza, trimestralmente, reuniões com o Conselho Fiscal, para analisar as demonstrações contábeis da Companhia.

Composição do Comitê de Auditoria em 30.06.2013	
Presidente	Carlos Homero Giacomini
Membros Titulares	Paulo Procopiak de Aguiar
	José Richa Filho

4.8 Auditoria Interna

A auditoria interna da Copel é responsável por avaliar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança corporativa, emitindo recomendações para o desempenho eficaz e alcance dos objetivos das diversas unidades administrativas. Ela também mede todas as manifestações recebidas pelo Canal de Comunicação Confidencial, encaminhadas ao Comitê de Auditoria, e opina antes de qualquer outra área sobre o tratamento a ser utilizado.

4.9 Auditoria Externa

A Copel e suas subsidiárias utilizam os serviços da KPMG Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, tendo como ponto fundamental a não contratação de outros serviços de consultoria que interfiram na independência dos trabalhos de auditoria externa. **GRI 3.13**

4.10 Conselho de Orientação Ética

O Conselho de Orientação Ética existe para conduzir moralmente o desenvolvimento dos negócios, além de orientar ações e zelar pela efetiva aplicação do Código de Conduta. É formado por nove membros, sendo oito empregados da Companhia e um coordenador representante da sociedade civil.

A Copel ainda dispõe como complemento a este Conselho a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam), instituída em 2010, que tem autonomia para analisar denúncias e apresentar recomendações em prol da harmonia no ambiente de trabalho, com garantia de sigilo aos informantes. É composta por sete membros, sendo três eleitos entre os empregados, três indicados pela diretoria e um coordenador representante da sociedade civil.

4.10.1 Código de Conduta

GRI 4.8

Desde 2003, a Copel conta com o Código de Conduta, instituído com base em valores empresariais, cultura corporativa e respeito aos princípios internacionais da Lei Sarbanes-Oxley. O Código é um documento que reflete a integridade dos procedimentos da empresa nas relações com seus empregados e demais partes interessadas em seus negócios.

4.10.2 Canal de Comunicação Confidencial

GRI 4.4

A empresa disponibiliza aos empregados, gerentes, diretores, estagiários, contratados e demais partes interessadas o Canal de Comunicação Confidencial, um recurso que contribui para a comunicação de irregularidades relacionadas à contabilidade, auditoria e controles internos, assim como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas da Copel. Ele está disponível pelo telefone 0800-643-5665.

Para as demais partes interessadas da empresa, a Copel mantém uma Ouvidoria, como canal de diálogo para desenvolvimento de relacionamento ético, respeitoso, transparente e de controle para a Companhia, acionistas, empregados e a sociedade. O acesso a ele é feito pelo telefone 0800-647-0606, correio Caixa Postal 5505 - CEP 80231-970 - Curitiba - PR, e-mail ouvidoria@copel.com ou pessoalmente.

BOX

Anticorrupção

A Companhia desaprova a corrupção em todas as suas formas. O Código de Conduta da Copel insere tal princípio e é recebido por todos os empregados da Companhia e disseminado na intranet e no site da empresa. Além disso, a empresa dispõe de instrumentos e ferramentas que compõem o sistema de integridade tais como: Canal de comunicação confidencial, ouvidoria, auditoria interna e Conselho de Orientação Ética. **GRI SO2 | SO3 | SO4**

4.11 Diretoria Executiva

Eleita pelo CAD, a Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm mandato de três anos. É responsável pelas funções executivas da Copel e suas atribuições, deveres e responsabilidades individuais são estabelecidos no Estatuto Social, com atuação prevista em regimento interno.

A Diretoria Executiva realiza reuniões ordinárias semanalmente e sempre que convocada pelo Diretor Presidente. Além disso, desde 2007, realiza, anualmente, a autoavaliação das atividades da Diretoria e de seus membros titulares individualmente.

Composição da Diretoria Copel (em 30.06.2013)	
Diretor Presidente	Lindolfo Zimmer
Diretora de Gestão Corporativa	Yára Christina Eisenbach
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações	Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Diretor Jurídico	Julio Jacob Junior
Diretor de Distribuição	Vladimir Santo Daleffe
Diretor de Engenharia	Jorge Andriguetto Junior
Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações	Jaime de Oliveira Kuhn
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	Jonel Nazareno Iurk
Diretor de Novas Energias	Henrique José Ternes Neto

4.11.1 Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

Este comitê é responsável por assessorar o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações na aplicação da Política de Divulgação da Copel, revisando e aprovando as informações a serem divulgadas ao mercado de capitais.

4.12 Melhores práticas de Governança Corporativa

GRI 4.6 | 4.9

Para conduzir sua atuação em Governança Corporativa, a Copel utiliza como base o Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), um documento indutor das boas práticas de governança fundamentais ao crescimento sustentável das empresas e do mercado de capitais brasileiro.

Os administradores da empresa atuam, assim, contribuindo com a perenidade dos negócios, mantendo visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental, um bom relacionamento e comunicação com todas as partes interessadas, menores riscos estratégicos, operacionais e financeiros, e viabilização da estratégia de captação de recursos.

Além disso, desde 2011 a Copel adere ao nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa, reiterando seu compromisso em atender princípios de transparência junto ao mercado de capitais.

4.13 Gestão de Riscos

A Copel possui, desde 2006, o processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, criado com o objetivo de acompanhar a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas subsidiárias integrais, procurando maximizar, permanentemente, os valores econômico, social e ambiental a todas as partes interessadas. Os Comitês de Riscos e de Auditoria são os órgãos responsáveis por gerenciar as atividades voltadas a essa gestão na Companhia. Em 2012, o foco de atuação esteve em buscar o constante aprimoramento do modelo e manter a Copel atualizada com as boas práticas de mercado.

4.13.1 Política e Modelo de Gestão de Riscos

GRI 1.2 | 4.11

Três anos após a criação do processo de Gestão de Riscos, a Companhia desenvolveu a Política e o Modelo de Gestão de Riscos, para definir seus princípios e diretrizes de atuação

quanto a este tema. Classificação e forma de avaliação dos riscos, definição de parâmetros e princípio da precaução são os principais norteadores da Companhia. Quanto à incerteza de riscos inerente à empresa, a Companhia considera os impactos financeiros e qualitativos. Já com relação à prevenção, a empresa adota medidas de mitigação dos riscos, por meio de melhores controles, indicadores e planos de ação que auxiliam no monitoramento e priorizam a tomada de decisões.

Com base nessas considerações, a Copel adota três níveis de riscos em suas tomadas de decisões:

- Riscos estratégicos, associados aos objetivos estratégicos da Companhia, sob responsabilidade da Alta Administração;
- Riscos-chave de processos, relacionados aos processos de responsabilidade dos gestores de processos;
- Riscos-chave de projetos, vinculados aos projetos estratégicos, também com gestão de responsabilidade dos gestores de projetos.

Um ponto importante a considerar é que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que são altamente dependentes do volume de água em seus reservatórios. Existe o risco de um período prolongado de escassez de chuvas que ao ocorrer impacta fortemente o sistema. A redução no volume de água em estoque nestes reservatórios impacta no aumento de custos devido à necessidade de aquisição de energia de fontes termoeletricas e a redução de receitas quando em casos extremos houver adoção de racionamento energético.

A Companhia considera na sua estratégia as mudanças climáticas consciente de que as atividades do setor causam significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe uma série de ações mitigatórias e reparatórias às empresas detentoras de grandes empreendimentos. Os custos de recuperação do meio ambiente e de indenizações socioambientais podem obrigar a Copel a postergar ou redirecionar investimentos de outras áreas. A Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, realizando estudos prévios de impacto e desenvolvendo e aplicando novas tecnologias a fim de melhorar sua interação com o meio ambiente. **GRI EC2 parcial**

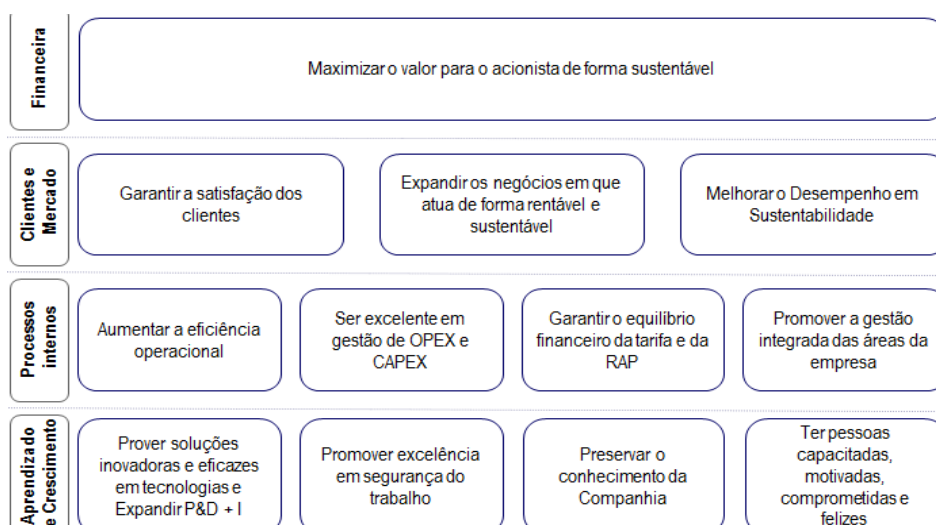
4.14 Planejamento Estratégico

GRI 1.2

No início de 2011, diversas áreas da Copel se uniram para revisar o referencial estratégico da empresa, de forma a definir os novos rumos da Companhia até 2020. Depois desse trabalho, a empresa estabeleceu o Planejamento Estratégico, alinhado com o mapa estratégico, para formular indicadores e metas pertinentes à visão da Copel (“Simplesmente a melhor da década”), de maneira a nortear empregados e iniciativas corporativas.

Em 2012, a Copel fez a revisão de seu Planejamento Estratégico, com o objetivo de se alinhar às mudanças que ocorreram no mercado ao longo do ano, possibilitando que todos os negócios revissem suas metas e definissem seus projetos, de forma a ter um portfólio aderente às estratégias esquematizadas pela empresa.

Mapa estratégico corporativo



4.15 Compromissos com iniciativas externas

GRI 4.12

A Copel é uma empresa comprometida com a sociedade, por isso cumpre sua função empresarial promovendo crescimento econômico com responsabilidade social. Para tanto, além de alinhar seu relatório de sustentabilidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), participa de diversas iniciativas.

Desde 2000, é signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais em seus negócios, como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Dessa forma, a Copel compromete-se a atuar com foco nesses valores, fundamentando seu planejamento estratégico nos mesmos princípios do Pacto. Além disso adota os indicadores Ethos de Sustentabilidade Empresarial, destinado às empresas que avaliam sua gestão nessa perspectiva.

A Copel também investe em programas que buscam atender o compromisso com a conduta ética, transparente e as melhores práticas de governança corporativa, participando, desde 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

A Companhia ainda é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que busca erradicar a prática do trabalho forçado e escravo nas organizações.

4.16 Adoção de normas e padrões

Em sua atuação, a Copel adotou como ferramenta para engajamento e promoção da responsabilidade socioempresarial, a norma AA 1000, que define as melhores práticas de prestação de contas, de maneira a assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético aos *stakeholders*. Na companhia, a AA 1000 foi aplicada em complemento aos padrões da GRI. Adicionalmente, desde 2011 a Copel vem realizando uma série de melhorias internas, que a permitem receber as certificações do sistema integrado das normas ISO 9001, de Gestão da Qualidade, ISO 14001, de Gestão Ambiental, e OHSAS 18001, de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho. **GRI EU16**

5. Desempenho Econômico-Financeiro

5.1 Forma de Gestão

O principal direcionador das realizações da Copel é seu referencial estratégico que, a cada ano, leva em consideração o cenário econômico global e o contexto local para ajustar sua gestão de maneira a buscar os melhores resultados para a Companhia. Essa conjuntura também demanda ações para mitigar impactos, como os que foram causados pela lei federal nº 12.783, de janeiro de 2013, que tratou da renovação antecipada de concessões e de redução de tarifas e receitas.

Em 2012, a Copel manteve seus esforços voltados para a busca de resultados, com o intuito de atender a dois grandes desafios estratégicos: excelência operacional (aumento da produtividade, otimização de custos, qualidade nos serviços e satisfação dos consumidores) e expansão sustentável, alinhada aos objetivos do governo estadual, geração de benefícios para a sociedade e investimentos socioambientais.

Maior produtividade em curto prazo e crescimento em longo prazo, excelência em custos e nos relacionamentos com as partes interessadas e as pesquisas de novas tecnologias para a expansão da matriz energética com fontes renováveis e não poluentes foram as ações realizadas pela Companhia no ano, tendo como base as diretrizes estabelecidas pela alta administração.

5.1.1 Presença no Mercado

Presente em quase todo o estado do Paraná, com redes de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações, e em mais nove estados do país, com obras de geração e transmissão, a Copel tem como tática a expansão de suas operações, atuando tanto de maneira autônoma quanto com parcerias estratégicas do setor.

5.1.2 Impactos econômicos indiretos

O papel socioeconômico da Copel se evidencia por meio da geração de empregos, investimentos em infraestrutura, dos diversos projetos desenvolvidos para a sociedade, relacionados ao esporte, à inclusão digital e, principalmente, ao fornecimento de energia a populações carentes ou em regiões isoladas. Essa estratégia, prioritariamente definida pelo governo do estado do Paraná, tem o reconhecimento da população e traz resultados positivos para a Companhia. Em complemento, a marca Copel figura entre os maiores pagadores de impostos de seu estado-sede.

5.2 Conjuntura Econômica e Setorial

Detalhamento da conjuntura econômica e setorial em 2012:

5.2.1 Prorrogação das Concessões e Licitações

Em janeiro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.783, que dispõe sobre o tratamento a ser dado às concessões de geração, transmissão e distribuição abrangidas pelos artigos da Lei nº 9.074,

com vencimento entre 2015 e 2017, em que esses empreendimentos deveriam ser licitados após o término do prazo de concessão. Mas, para atender interesses do poder concedente, foi definida uma nova regra, que permite mais uma prorrogação das concessões, desde que o concessionário aceite antecipar em até 60 meses o fim da sua concessão e renuncie aos direitos do antigo contrato, envolvendo também empresas de geração que já estavam com processo de requerimento da prorrogação das concessões em andamento na Aneel.

Dessa forma, ficou estabelecida para as concessões de geração uma prorrogação de mais 30 anos e sua adesão dependeu ainda da aceitação de algumas condições que alteraram o regime de concessionário de serviço público de geração de energia elétrica para a posição de titular da concessão com geração realizada como função de utilidade pública prioritária, deixando o concessionário limitado a exercer somente funções de operação e manutenção, já que a exploração retornou ao Poder Concedente.

Com isso, foi proposta uma tarifa para cobrir as despesas com encargos, tributos, operação e manutenção de rotina, não prevendo os investimentos de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos, o que pode comprometer a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Essa aplicação ainda depende de regulamentação da Aneel, o que causa insegurança regulatória aos agentes, podendo até mesmo impactar nas decisões no momento do investimento.

Após conhecer as condições de renovação, a Copel deu continuidade às análises e devido à precariedade de informações fornecidas pelo Poder Concedente, não renovará as concessões de geração das usinas Rio dos Patos (1,8 MW de capacidade instalada), Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (260,0 MW), Mourão (8,2 MW) e Chopim (1,8 MW), que têm vencimento entre 2014 e 2015.

Para as concessões de transmissão, ficou estabelecida uma prorrogação de mais 30 anos, facultada ao concessionário. Sua adesão dependeu da aceitação de antecipação do termo original da concessão, da receita e da submissão aos padrões de qualidade dos serviços, fixados pela Aneel. As condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos foram mantidas, podendo ser efetivadas desde que também haja reconhecimento e autorização da Aneel. A Copel optou pela renovação, por isso reduziu as tarifas e a modicidade tarifária.

Da mesma forma, as concessões de distribuição também poderão ser prorrogadas por mais 30 anos, mas sua adesão depende da aceitação da receita e da submissão aos padrões de

qualidade do serviço, fixados pela Aneel. O pedido de prorrogação das concessões de distribuição da Copel foi encaminhado para Agência Reguladora em maio de 2012 e ratificado nos termos da Lei nº 12.783.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia que não foram prorrogadas nesses regulamentos serão licitadas em leilão ou concorrência, por até 30 anos.

5.2.2 Mercado Total Faturado

GRI 2.8

De janeiro a dezembro de 2012, o mercado total faturado, que inclui o mercado cativo, consumidores livres atendidos pela Copel Geração, suprimento às concessionárias e permissionárias, cresceu 5,5%, totalizando 25.287 GWh contra 23.974 GWh de 2011. O mercado cativo apresentou crescimento de 3,5% no ano e a carga fio, que leva em conta todos os consumidores que acessaram o sistema da Distribuidora, teve um acréscimo de 2,7%. A tabela, a seguir, apresenta o desempenho do mercado faturado.

CONSUMO FATURADO DE ENERGIA (GWh)				
CLASSE	2012	2011	VAR. (%)	PART. (%)
RESIDENCIAL	6.559	6.224	5,4	25,9
INDUSTRIAL	7.405	7.467	-0,8	29,3
COMERCIAL	5.048	4.769	5,9	20,0
RURAL	2.025	1.872	8,2	8,0
PODERES PÚBLICOS	656	633	3,8	2,6
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	859	826	4,0	3,4
SERVIÇOS PÚBLICOS	670	639	4,9	2,7
PRÓPRIO	25	25	0,8	0,1
TOTAL CATIVO	23.248	22.454	3,5	91,9
INDUSTRIAS LIVRES *	1.394	910	53,2	-
COMERCIAIS LIVRES *	10	9	16,9	-
TOTAL LIVRES *	1.404	919	52,8	5,6
SUPR.ÀS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	635	601	5,8	2,5
TOTAL COPEL	25.287	23.974	5,5	100,0

GWh - Consumo Faturado

* Consumidores livres atendidos dentro e fora da área de concessão pela COPEL Geração e Transmissão.

GRI 2.7

5.2.3 Mercado Fio

O consumo livre dentro da área de concessão da Copel apresentou decréscimo de 3,8% em 2012, devido a migração de unidades consumidoras da rede da Distribuidora para a rede básica (230 kV). O mercado fio, que leva em conta todos os consumidores dentro da área de

concessão da Companhia, apresentou variação positiva de 2,7%. O desempenho do mercado em 2012 está apresentado na tabela.

MERCADO FIO			
GWh	2012	2011	Var(%)
Mercado Cativo	23.248	22.454	3,5
Mercado Livre	3.020	3.139	-3,8
Concessionárias e Permissionária	635	601	5,8
TOTAL	26.903	26.194	2,7

* Consumidores livres que acessaram a rede da Distribuidora.

5.2.4 Projeções de Mercado

A Copel utiliza cenários econômicos para subsidiar as previsões do mercado de energia elétrica, de maneira a definir as estratégias e os volumes de energia a serem adquiridos. Isso é feito com o objetivo de contratar energia nos leilões, de maneira a atender o mercado dentro dos requisitos regulatórios.

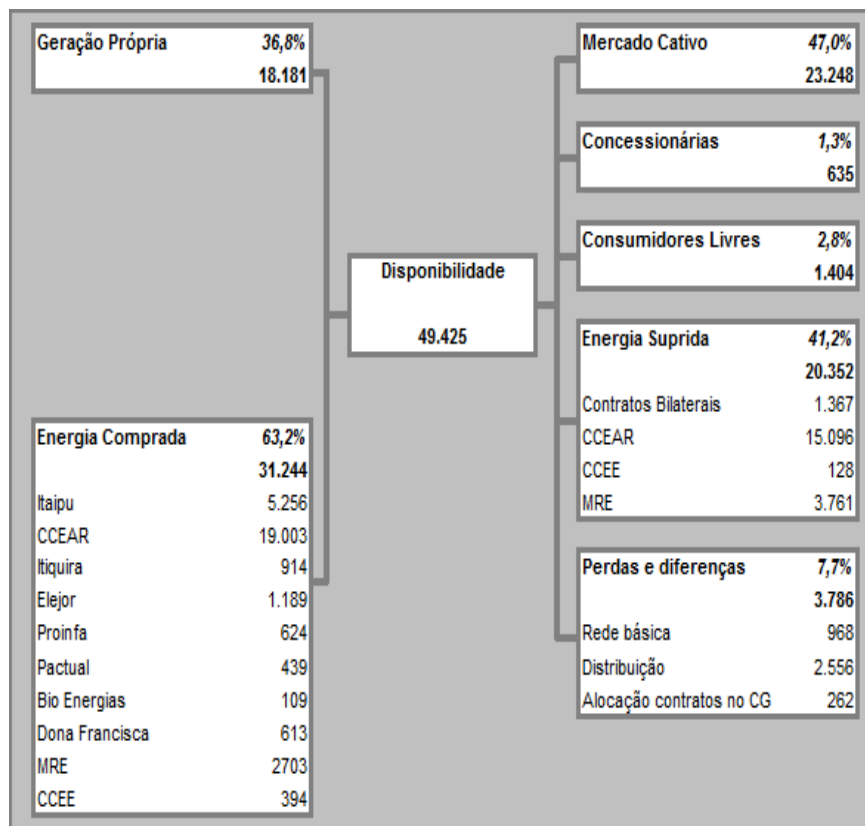
Para desenvolver o planejamento da expansão do sistema elétrico, a empresa ainda elabora estimativas da demanda de potência por área de Distribuição, barramentos e alimentadores, assegurando a continuidade e qualidade do fornecimento ao longo do tempo. **GRI EU6**

5.2.5 Fluxo de Energia

O Fluxo de Energia apresenta o resumo de toda energia comercializada pela Companhia no ano. A disponibilidade total foi composta por geração própria, contratos firmados no ambiente regulado, cota parte de Itaipu, energia do Programa de Incentivo às Fontes alternativas, Energia Contabilizada no Curto Prazo (CCEE) e pelos demais contratos com Itiquira, Dona Francisca, entre outros, que totalizaram 49.425 GWh em 2012.

Somente a geração própria e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) representaram mais de 75% da oferta total da empresa. Da energia disponível, 47% foram destinados ao mercado cativo, 31% aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e o restante aos demais contratos bilaterais, suprimentos, mecanismo de realocação de energia, consumidores livres e energia contabilizada no curto-prazo. As perdas representaram 7,7% do total disponível, subdividindo-se em rede básica, distribuição e alocação de contratos no centro de gravidade do submercado. **GRI EU12**

O fluxo a seguir ilustra a divisão da oferta e demanda da Companhia.



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

MRE = Mecanismo de Realocação de Energia

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CG = Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG)

5.2.6 Comercialização de energia em 2012

No ano, a carga da Copel Distribuição registrada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi atendida por energia adquirida nos leilões, contratos bilaterais, Itaipu e Proinfa. Para complementar os contratos que formaram o lastro da Distribuição em 2012, foi adquirida energia nos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) e Leilão de Ajuste. A distribuidora teve ainda cobertura por Exposição Involuntária, reconhecida pela Aneel, devido a empreendimentos térmicos que sofreram atraso no cronograma de implementação.

5.2.7 Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.

No terceiro ciclo de revisão tarifária da Copel, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1296/2012, foram estabelecidas as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica, com vigência a partir de 24.06.2012.

O resultado representa um efeito tarifário médio para os consumidores cativos: -0,65%, decorrente do Reposicionamento Tarifário (RT) econômico de -0,11%; da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário de -0,70%; e da retirada dos componentes financeiros de 0,16%, considerados no processo tarifário anterior. O processo de revisão tarifária periódica objetiva redefinir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ocorre em períodos de quatro anos, conforme definido no contrato de concessão.

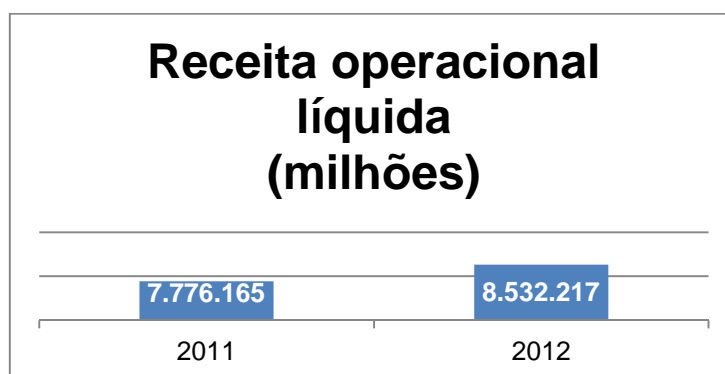
5.3 Principais Resultados

Resultados apresentados em 2012:

5.3.1 Receita Operacional Líquida

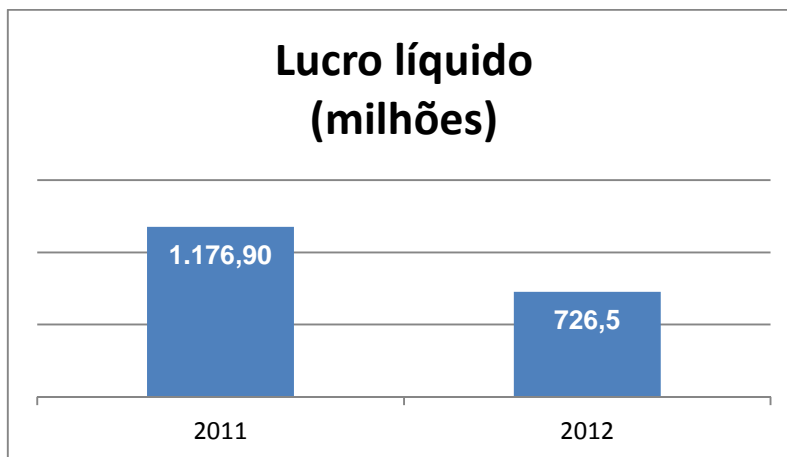
GRI 2.8

Em 2012, a Receita Operacional Líquida da Copel teve acréscimo de R\$ 756,1 milhões, 9,7% a mais que 2011. Essa variação decorreu devido ao aumento de: R\$ 294,7 milhões na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica; R\$ 183,7 milhões em Suprimento de Energia Elétrica; R\$ 68,7 milhões na Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica; R\$ 46,6 milhões na Receita de Construção; R\$ 8,4 milhões na Receita de Telecomunicações; e R\$ 51,1 milhões na Receita de Distribuição do Gás Canalizado.



5.3.2 Lucro Líquido

Em 2012, o lucro líquido da Copel foi de R\$ 726,5 milhões, 38,3% menor que 2011, devido ao aumento nos custos operacionais e despesas financeiras.



5.3.3 Ebitda

EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)		Consolidado
Em R\$ mil		
	2012	2011
Lucro líquido atribuído aos acionistas da empresa controladora	700.688	1.157.690
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	25.832	19.164
IRPJ e CSLL diferidos	(212.134)	(204.539)
Provisão para IRPJ e CSLL	458.312	611.601
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	27.821	(224.768)
Lajir/Ebit	1.000.519	1.359.148
Depreciação e Amortização	550.588	553.165
LAJIDA/EBITDA	1.551.107	1.912.313
Receita Operacional Líquida - ROL	8.532.217	7.776.165
Margem do EBITDA% (Ebitda ÷ ROL)	18,2%	24,6%

5.3.4 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O DVA comprova a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante o período, que em 2012 foi de R\$ 7.462.985. No ano, ele foi revisado pela Copel, tendo como destaque as receitas e os custos de construção de ativos próprios e a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa. **GRI EC1**

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2012	2011
Valor adicionado total a distribuir	7.462.985	7.194.290
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	10,0%	5,2%
Pessoal	17,8%	14,8%
Governo	62,5%	63,6%
Acionistas	3,1%	4,9%
Retido	6,6%	11,5%

Para mais detalhes sobre a DVA, veja as Demonstrações Financeiras no site www.copel.com.

5.3.5 Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures decorreram principalmente das entradas dos programas Luz para Todos, BNDES LT Foz/Cascavel, Projeto BEL e debêntures.

Ingressos - 2012 (Em R\$ milhões)	Financiador	Valor
Luz para Todos	Eletrobrás	11,2
BNDES LT Foz / Cascavel	BNDES	44,7
Projeto BEL	Finep	25,8
Debêntures	Banco do Brasil	1.000,0

Os pagamentos feitos em 2012 também impactaram na variação da dívida.

Amortizações - 2012 (Em R\$ milhões)	Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	37,9	158,3	196,2
Debêntures	-	2,1	2,1
Total	37,9	160,4	198,3

Já a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo foram:

Saldos (Em R\$ milhões)	2012	2011
Curto prazo	274,0	116,5
Longo prazo	2.987,6	2.058,0
Total	3.261,6	2.174,5

5.3.6 Inadimplência de consumidores

Até dezembro de 2012, a inadimplência de consumidores da Copel foi de R\$ 132,8 milhões, o que equivale a 1,57% do seu faturamento. A Companhia passou a calcular o índice de inadimplência do fornecimento de energia elétrica para as classes residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público a partir de 2003, considerando ser inadimplente o consumidor com débito vencido há pelo menos 15 dias e até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento da Aneel.

5.3.7 Investimentos

Durante a 139ª reunião ordinária do Conselho de Administração, ocorrida em dezembro de 2012, a Copel aprovou o programa de investimentos para 2013, com investimentos realizados e previstos em seus segmentos de geração, transmissão, distribuição e telecomunicações e em novos negócios.

Empresas (em R\$ milhões)	Realizado		Variação % 2012-2011	Previsto 2013
	2012	2011		
Copel Geração e Transmissão	988,2	928,9	6,4	925,1 ⁽¹⁾
Copel Distribuição	778,1	754,5	3,1	986,4
Copel Telecomunicações	79,9	81,0	(1,4)	69,9
Participação em Novos Negócios	26,2	4,8	445,8	647,4 ⁽¹⁾
Total	1.872,4	1.769,2	5,8	2.628,8

⁽¹⁾ Inclui empreendimentos arrematados no Leilão Aneel nº 007/2012 (Lotes B e G), realizado em 19.12.2012, posteriormente ao processo de aprovação do Orçamento Empresarial, constante da 139ª Reunião Ordinária do CAD, de 19.12.2012.

BOX/DESTAQUE

Destques em investimentos

Os principais destaques em investimentos em 2012 foram destinados às áreas de distribuição e geração. Os investimentos em distribuição foram significativos para a Copel: R\$ 778,1 milhões, sendo 70% destinado aos sistemas elétricos de média e baixa tensões (onde se concentra a maioria dos consumidores) e o valor restante no sistema elétrico de alta tensão, que inclui subestações e linhas de 69 kV e 138 kV. A adoção do padrão de redes compactas para a rede de distribuição também merece destaque entre as medidas inovadoras da Copel, garantindo a qualidade do fornecimento de energia. Como uma das principais responsáveis pela redução significativa do DEC/FEC, essa tecnologia passou de 1.200 km para 3.900 km no biênio 2011-2012. Já os investimentos da geração e transmissão foi de R\$ 988,2 milhões, 6,4% maior que em 2011 (R\$ 928,9 milhões). O investimento previsto para 2013 é de R\$ 925,1

milhões. Na geração, destaque para a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Mauá, maior obra do Paraná (363 MW de potência instalada, o suficiente para atender cerca de um milhão de habitantes), implementado por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, que tem a participação da Companhia (51%) e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%). No Mato Grosso, metade da obra da Usina Hidrelétrica Colíder (300 MW) já está finalizada, antes de completar dois anos do início do empreendimento.

5.3.8 Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2012, a Copel realizou investimentos em diversos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos setores em que atua, de forma cooperada com outras empresas. Nas áreas de geração e transmissão, foram realizados 12 projetos, com aplicação de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

Três projetos estratégicos aprovados pela Aneel estão em processo de contratação, sobre estudos e desenvolvimentos tecnológicos para facilitar a inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira. Também há oito propostas de projetos sendo avaliados pela Agência, no que diz respeito a arranjos técnicos e comerciais para a inserção da geração de energia elétrica a partir de biogás oriundo de resíduos e efluentes líquidos para o mesmo fim.

GRI EU8 parcial

Já na área de distribuição, foram executados, no ano, 26 projetos, sendo dois estratégicos, cujos temas são estabelecidos pela Aneel, aplicando aproximadamente R\$ 7,1 milhões. Ainda foram protocolados três pedidos de depósito de patentes procedentes de projeto de P&D, estando em fase de tramitação mais sete novos pedidos.

5.4 Mercado de Capitais

O desempenho da Companhia no mercado de capitais em 2012:

5.4.1 Composição acionária e desempenho das ações

A composição acionária da Copel em 31.12.2012 era formada pelo Governo do Estado do Paraná, BNDESPAR, Eletrobrás, acionistas minoritários e ações da Bovespa, NYSE e Latibex.

Desempenho do preço das ações:

Volume negociado		2012	2011	Variação %
Bovespa	ON	R\$ 25,20	R\$ 33,02	(23,7)
	média ON	R\$ 32,42	R\$ 35,53	(8,8)
	PNA	R\$ 39,14	R\$ 39,14	-
	média PNA	R\$ 39,14	R\$ 39,43	(0,7)
	PNB	R\$ 31,70	R\$ 38,90	(18,5)
	média PNB	R\$ 38,65	R\$ 39,29	(1,6)
	Índice Bovespa	60.952	56.754	7,4
	Índice de Energia Elétrica	28.792	32.613	(11,7)
NYSE	ON (ELP.VY)	US\$ 12,56	US\$ 16,23	(22,6)
	média ON	US\$ 16,43	US\$ 19,77	(16,9)
	PNB (ELP)	US\$ 15,35	US\$ 20,98	(26,8)
	média PNB	US\$ 19,93	US\$ 23,81	(16,3)
	Índice Dow Jones	13.104,14	12.217,56	7,3
Latibex	PNB (XCOP)	€ 11,62	€ 16,20	(28,3)
	média PNB	€ 15,49	€ 16,83	(8,0)
	Índice Latibex	2.594,20	2.905,60	(10,7)

5.4.2 Valor Econômico Agregado (VEA)

O Valor Econômico Agregado (VEA) é o lucro econômico e representa o quanto a Copel agregou de riqueza com o capital empregado em suas operações, após remunerar esse mesmo capital.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO AGREGADO - VEA ou EVA

Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado	
	2012	2011
1. Receita operacional líquida	8.532,2	7.776,2
2. Custos e despesas operacionais	(7.542,7)	(6.472,7)
3. Resultado de equivalência	11,0	55,7
4. Receitas financeiras	648,9	577,5
5. IR e CS sobre os lucros gerados pelos ativos	(417,5)	(497,7)
6. Lucro operacional gerado por ativos líquido de tributos	1.231,9	1.439,0
7. Margem operacional (6 ÷ 1)	0,1444	0,1851
8. Capital de terceiros	3.261,6	2.174,5
9. Capital próprio	10.125,6	10.605,5
10. Investimento a remunerar (8 + 9)	13.387,2	12.780,0
11. Giro do investimento (1 ÷ 10)	0,6373	0,6085
12. Retorno operacional dos investimentos - ROI (7 x 11) ou ROI em R\$ milhões	9,20% 1.229,6	11,26% 1.439,0
13. Tx. média ponderada de remuneração do capital de 3 ^{os}	7,09%	10,27%
14. Participação do capital de terceiros (8 ÷ 10)	24,36%	17,01%
15. Tx. remuneração capital do capital próprio considerando beta 0,4106	12,00%	12,00%
16. Participação do capital próprio (9 ÷ 10)	75,64%	82,99%
17. Custo médio ponderado de capital - CMPC ou wacc (13 x 14 + 15 x 16) ou CMPC em R\$ milhões	10,80% 1.443,4	11,71% 1.498,5
18. Ativo operacional líquido	18.839,7	17.378,0
19. Passivo de funcionamento	(5.474,5)	(4.598,0)
20. Investimento a remunerar	13.365,2	12.780,0
VEA ou EVA ((12 - 17) x 20)	(213,8)	(57,5)
Piora no VEA em 2012	(156,3)	

6. Desempenho Social

6.1 Forma de Gestão

Descrição da forma de gestão na área social em 2012:

6.1.1 Práticas trabalhistas e trabalho decente

Na Copel, as práticas trabalhistas estão embasadas em normas internacionalmente reconhecidas, como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e suas convenções fundamentais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, a empresa apoia os 10 Princípios do Pacto Global da ONU. As relações entre os trabalhadores e a governança da Companhia são feitas tanto por meio do Comitê de Auditoria e Ouvidoria quanto por meio do Canal de Comunicação Confidencial, além de serem guiadas pelo Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A Copel também respeita a diversidade de gênero, raça, condições físicas e sociais, privilegiando a competência técnica em cada profissional e promovendo oportunidades de trabalho iguais a todos. Participa, dessa forma, do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e Diversidade, desenvolvendo ações relacionadas à promoção da igualdade de gênero, raças e diversidade no ambiente de trabalho e, em complemento, realiza internamente o Programa Corporativo de Acessibilidade, adaptando suas instalações, informações e serviços para facilitar o acesso de pessoas com deficiências.

A Copel ainda faz controle de riscos relativos à segurança e saúde dos empregados, por meio de ações conjuntas das áreas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, serviço social, treinamento e meio ambiente, de acordo com sua Política de Segurança do Trabalho. Tais ações são detalhadas em um manual específico. **GRI EU16**

Além disso, com as ações realizadas na área de treinamento e desenvolvimento, a Companhia busca ser referência no desenvolvimento de talentos, agregando valor aos negócios corporativos e a sociedade. Em 2013, passou a realizar o Planejamento Educacional (planE), que substituiu o Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento (DND), implementando uma série de benefícios internos (saiba mais no item sobre T&D)

6.1.2 Direitos Humanos

No que diz respeito a direitos humanos, a Copel adota práticas alinhadas ao seu Código de Conduta. Na contratação de fornecedores, por exemplo, propõe a eles ações de integração sobre temas relativos a práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, além de mecanismos que monitoram o efetivo cumprimento de cláusulas contratuais relativas a direitos humanos.

Essas práticas se estendem aos empregados. Todos têm liberdade para participar de associações e negociações coletivas e são representados nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes. A Copel não aceita casos de discriminação em suas dependências ou entre seus profissionais e terceiros, além de não admitir casos de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo internamente ou nas dependências de seus fornecedores. Ainda atua em conjunto com órgãos estaduais e federais para estabelecer diálogo de maneira a atender aos interesses da sociedade e comunidades indígenas localizadas no entorno de suas operações. **GRI EU16**

6.1.3 Sociedade

A característica do negócio da Copel e sua estratégia de atuação têm como foco atender aos interesses da sociedade, do estado e das comunidades onde está presente. A Companhia procura acolher as necessidades da sociedade em conformidade com os requisitos legais e regulatórios a que está sujeita. Prova de sua boa atuação é demonstrada pelos diversos prêmios e reconhecimentos recebidos ao longo de 2012.

Além disso, a Copel repudia todas as formas de corrupção, por meio de regras estabelecidas em seu Código de Conduta, divulgadas a todos os empregados. Ela também participa de diversas iniciativas para apoiar o estabelecimento de políticas públicas, como os programas Luz para Todos e Luz Fraterna, além de apoio a programas de diversidade e outros. A área de atuação dos negócios, influenciada por órgãos reguladores, as práticas de governança e o Código de Conduta minimizam eventuais possibilidades de práticas de concorrência desleal.

GRI EU19

6.1.4 Responsabilidade pelo Produto/Serviço

A Copel tem grande preocupação com a ocorrência de possíveis acidentes causados pela rede elétrica, por isso realiza constantes campanhas de divulgação à sociedade sobre o uso seguro da energia elétrica e ações sustentáveis que incorporam conceitos de cidadania e cuidados com o meio ambiente. Em complemento, faz informativos locais impressos e em rádios, participa de campanhas nacionais sobre energia, realiza pesquisas de satisfação de clientes e possui indicadores de acompanhamento sobre responsabilidade do serviço prestado.

Além disso, a Copel dispõe de uma área de comunicação com o mercado, responsável por levar ao conhecimento dos clientes as informações sobre serviços e canais de atendimento sempre acessíveis, a fim de aumentar a satisfação dos consumidores. A Companhia ainda

procura atender às necessidades dos clientes ao operar em conformidade com requisitos legais e regulatórios de seu segmento de atuação e seus sistemas de governança trabalham de maneira a mitigar riscos de *compliance*. **GRI EU24**

6.1.5 Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial

Criada em 2004 para estabelecer as diretrizes de sustentabilidade e cidadania corporativa norteadoras das decisões e ações da Companhia, a Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Copel está baseada em sua missão e valores, nos Princípios do Pacto Global da ONU e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de ser complementar do Código de Conduta.

Por isso, aborda princípios como comprometimento, atitude proativa diante da lei, diálogo, comunicação e transparência, respeito à dinâmica socioambiental, responsabilidade individual e valorização da diversidade. A Política completa pode ser encontrada na área de sustentabilidade do website institucional da Copel, no endereço www.copel.com.

6.1.6 Aonde iremos (metas)

- Permanecer na carteira da Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa - ISE Bovespa;
- Compor a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade;
- Incorporar o conceito de Economia Verde em suas práticas;
- Aderir ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- Refinar as práticas de abrangência e critérios relacionados à eficiência energética;
- Ampliar a atuação nas questões de diversidade;
- Aprimorar a aplicação do conceito de construções sustentáveis.

6.1.7 Educação para Sustentabilidade

Desde 2008, a Copel instituiu o Programa Corporativo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, voltado para o público interno. Em 2011, a iniciativa foi ampliada para o Programa de Educação para Sustentabilidade, com ações abrangentes envolvendo diversas partes interessadas. Visa desenvolver competências e aprendizado contínuo para questões

relacionadas à sustentabilidade empresarial, com foco na sensibilização e capacitação de lideranças, força de trabalho e fornecedores.

Os principais projetos do Programa em 2012 foram:

Rede de agentes para a sustentabilidade: atuou na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade. Dentre as principais realizações está o **Seminário Copel de boas práticas socioambientais**.

Seminário Copel de boas práticas socioambientais: criado com o objetivo de dar visibilidade e difundir projetos e práticas socioambientais desenvolvidos pelos integrantes da rede de agentes para a sustentabilidade. Em 2012 aconteceu sua 3ª edição do Seminário de Boas Práticas Socioambientais - edição especial troféu Susie Pontarolli. Com foco na temática da diversidade e com palestras e interações didáticas sobre gênero e raça, contou com a participação de aproximadamente 200 empregados,

Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade: realizado pela primeira vez na Copel em novembro de 2012, o Troféu tem como objetivo reconhecer e apoiar iniciativas que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida. A denominação do prêmio é uma homenagem a Susie Pontarolli, empregada da Copel falecida no início de 2011 que foi precursora da sustentabilidade na empresa. O Troféu recebeu a inscrição de 24 projetos, nas categorias Acessibilidade, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Práticas Ambientais e Voluntariado, envolvendo mais de 300 participantes de todo o Estado do Paraná.

Projeto Jovem Cidadão: formação de jovens de 8 a 16 anos em situação de risco social, promovendo sua participação na sociedade. O projeto conquistou o 1º lugar do Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade da Copel em 2012.

Cine Sustentabilidade: por meio do cinema, sensibilizou 618 empregados com relação aos 10 princípios do Pacto Global e estabeleceu a relação de cada um deles com processos, ações e iniciativas existentes na Companhia. Foram três edições e 32 eventos.

Seminários de acessibilidade: palestras itinerantes em várias cidades do Estado, divulgando a cultura de inclusão, de maneira lúdica e vivencial.

6.1.8 Incorporação dos Princípios do Pacto Global

GRI 4.8 | 4.12 | 4.13

Desde 2000, a Copel é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e a cada novo ano esse compromisso é reafirmado pela Companhia. O alinhamento das iniciativas e políticas corporativas da Copel com os Princípios do Pacto faz a organização se esforçar em três grandes linhas de atuação:

- Dimensões internas, que envolvem constante aperfeiçoamento de sistemas de gestão e políticas corporativas.
- Dimensão de estrutura, voltada à ação externa, e diz respeito ao apoio à formulação, implementação e melhoria de políticas públicas inclusivas que promovam maior sustentabilidade da sociedade como um todo.
- Parcerias com outras empresas, instituições ou organizações em projetos e iniciativas sociais e ambientais.

Uma linha de atuação complementa a outra, conforme a tabela a seguir:

PROJETOS / PROGRAMAS / SISTEMAS DE GESTÃO / PARTICIPAÇÕES E POLÍTICAS	PRINCÍPIOS DO PACTO A QUE RESPONDEM										OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO A QUE RESPONDEM								Data		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	Início	Término	
Políticas e Sistemas de Gestão																					
Programa de gestão da cadeia de suprimentos - implantação de práticas de avaliação de fornecedores de materiais e de auditoria no primeiro nível da cadeia desse rol de fornecedores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2008	Indeterminado	
Instituição do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça	1	2	3	4	5	6	7	8			1	2		4	5	6	7	8	2007	2010	
Programa Corporativo de Acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, a atitudinal e urbanística)	1	2				6													2007	Indeterminado	
Universidade Copel - Unicopel	1	2				6	7	8	9	10									2012	Indeterminado	
Centro de Referência para a Sustentabilidade	1	2				6					1	2			5				2010	2012	
Apoio a Políticas Públicas e Melhoria de Gestão																					
Participação no Comitê Brasileiro do Pacto Global	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2000	Indeterminado	
Participação em organizações do setor elétrico que discutem e promovem eficiência energética e melhorias ambientais: Assoc. Bras. de Concessionárias de Energia Elétrica - ABCE, Empresa de Planejamento Energético - EPE, Assoc. dos Produtores Independentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	Diversos	Indeterminado	
Participação em associações que discutem e promovem melhorias ambientais: Agenda 21, Conselho Temático Permanente de Infraestrutura e Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP-PR, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental							7	8	9								7	8	Diversos	Indeterminado	
Participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - PR	1	2	3	4	5	6	7	8	9		1			4					1995 / 2003	Indeterminado	
Participação no Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial - CPCE, para promoção conjunta de responsabilidade social no Estado do Paraná	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2005	Indeterminado	
Participação voluntária no Movimento Paraná Competitivo e em bancas examinadoras dos prêmios: Nacional da Qualidade, Qualidade no Serviço Público, Sucesso Empresarial e Paranaense da Qualidade em Gestão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2000	Indeterminado	
Participação no Programa de Gestão Ambiental Integrada - PGAIM da Copel, Sanepar e de Secretarias do Estado, para criar sinergia de ações realizadas, em seu âmbito de atuação, no contexto de microbacias hidrográficas, com o propósito de promover a melhoria da qualidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2003	Indeterminado	
Participação na Gestão Integrada de Água e Solo - Copel, Sanepar e de Secretarias do Estado, para criar sinergia de ações realizadas, em seu âmbito de atuação, no contexto de microbacias hidrográficas, com o propósito de promover a melhoria da qualidade	1	2					7	8	9									7	8	2008	Indeterminado
Participação no Comitê Paranaense de Benchmarking	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2008	Indeterminado	
Participação Comitê de Sustentabilidade da FEMIPA - Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais beneficentes do estado do Paraná Objetivo de discutir questões de Sustentabilidade do setor hospitalar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2011	Indeterminado	
Programas, Projetos e Ações Sociais e Ambientais																					
Programa de arrecadação de doações a entidades assistenciais e instituições de serviço social, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, por meio da fatura de energia, cuja política beneficia atualmente um total de 86 entidades. Para se candidatar a e	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	1999	Indeterminado	
Doação anual, através de incentivos fiscais, ao Fundo dos Direitos da Infância e Adolescência - FIA	1	2			5						1	2		4	5		7	8	2006	Indeterminado	
Programa Voluntariado Corporativo - EletriCidadania: empregado dispõe de até quatro horas/mês para prestar serviço voluntário	1	2									1	2		4	5	6	7	8	2001	Indeterminado	
Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos Luz das Letras - Fase II	1							8				2					7	8	2009	Indeterminado	
Programa Luz Fraterna: convênio com o Governo Estadual para isenção de pagamento para consumidores baixa renda que consomem até 100 KWh/mês	1	2		4	5				10		1	2		4	5	6	7	8	2005	Indeterminado	
Universalização de Energia - "Programa Luz para Todos": ligação de toda a população rural do Estado à rede da Companhia	1	2		4	5				10								7	8	2003	Indeterminado	
Programa Aprendiz: programa estadual de aprendizagem para adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos, submetidos a medidas socioeducativas ou beneficiados com remissão, com participação de órgãos da administração pública direta e indireta	1	2		4	5				10		1	2		4	5				2003	2012	
Programa Tarifa Rural Noturna: incentivo ao aumento da produção agrícola, para avicultores e suinocultores, por meio de desconto tarifário para unidades consumidoras classificadas como rurais, atendidas em baixa tensão	1	2		4	5			8									7	8	2007	2012	
Programa Irrigação Noturna: estímulo ao uso da irrigação para aumento da produção agrícola e avicultora, bem como melhoria da qualidade de vida na área rural. Tarifa e equipamentos subsidiados a consumidores rurais	1	2						8									7	8	2003	Indeterminado	
Programa Luz Legal: regularização do fornecimento de energia elétrica em áreas de invasão, regularizadas pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar	1	2															7	8	2003	Indeterminado	
Paraná em Ação: programa promovido pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, com o objetivo de oferecer serviços gratuitos que promovam a cidadania e inclusão social. A Copel participa prestando atendimento comercial e orientações sobre uso s	1	2									1	2	3	4	5	6	7	8	2003	Indeterminado	
Paraná Digital: inclusão digital no ensino público, por meio da conexão de escolas estaduais à Internet	1	2		4	5	6			10									8	2003	Indeterminado	
Plano Estadual de Banda Larga - PEBL: objetiva difundir o acesso barato à Internet para todos os municípios do Paraná - vender serviços de comunicação a provedores e prefeituras que aderirem ao plano e que, em contrapartida assumem o compromisso de prover	1	2		4	5	6			10									8	2011	Indeterminado	
Tarifa social para entidades sociais, que atendem a critérios normalizados pela Copel, e consumidores baixa renda, os quais podem obter desconto de até 65% na tarifa, se consumo médio mensal for de até 220 kWh	1	2		4	5				10		1	2		4	5		7	8	2003	Indeterminado	
Programa de Gestão Corporativa de Resíduos: reduzir, reutilizar e reciclar todos os resíduos gerados pela Companhia							7	8	9	10		2						8	2005	Indeterminado	
Programa de Eficiência Energética: voltado ao uso eficiente da energia elétrica em instalações residenciais, industriais, comerciais e públicas, localizadas na área de concessão da Copel							7	8	9								7	8	2000	Indeterminado	
Programas da Estação Experimental de Estudos Ictiológicos: monitoramento e repovoamento dos rios e reservatórios do Paraná							7	8	9								7		2005	Indeterminado	
Controle de espécies invasoras: monitoramento da entrada do mexilhão dourado (Limnoperna fortunei) e de outras espécies							7	8	9								7		2000	2011	
Recuperação de áreas degradadas: produção e reposição de vegetações nativas em áreas degradadas e de preservação							7	8	9								7		1999	Indeterminado	
Plano diretor do uso dos reservatórios e seus entornos: define ações para o gerenciamento do uso e ocupação em faixa de mil metros							7	8	9								7		1993	Indeterminado	
Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	2003	2011	
Programa de Educação para a Sustentabilidade							7	8	9	10		2					7	8	2011	Indeterminado	
Programa Socioambiental de Arborização Urbana: auxilia municípios na adequação da arborização visando convivência pacífica entre árvores e redes de distribuição							7	8	9								7		1992	Indeterminado	
Programa de gestão corporativa de gases de efeito estufa: para inventariar as emissões e propor mecanismos de redução/neutralização, com posteriores desdobramentos							7	8	9								7	8	2007	Indeterminado	

6.2 Acionistas e Investidores

Posicionamento da Companhia em 2012:

6.2.1 Ações

Ao final de 2012, 28.211 acionistas participavam do capital social da Copel, correspondente a R\$ 6.910,0 milhões e representados por 273.655 mil ações, sem valor nominal.

6.2.2 Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A Copel adota, como política, a distribuição total ou parcial de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos. O montante de dividendos distribuídos é de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

6.2.3 Tag Along

A Companhia garante direitos de *tag along* para suas ações ordinárias minoritárias, assegurando aos seus detentores o preço mínimo de 80% do valor pago pelas ações integrantes do bloco de controle.

6.2.4 Acordo de Acionistas

O acordo de acionistas firmado entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR está em vigor, tendo como objetivo assegurar ao BNDESPAR a indicação de dois membros para o Conselho de Administração (CAD) e o conhecimento prévio das matérias societárias submetidas à apreciação do CAD e das Assembleias Gerais.

6.2.5 Mercados de Negociação

Os papéis de emissão da Copel integram Índice Ibovespa, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice de Energia Elétrica (IEE), todos medidos pela BM&FBovespa. Da mesma forma, os papéis da Companhia integram índices FTSE Latibex All share, FTSE Latibex Brasil e FTSE Latibex TOP, medidos pelo Latinoamerica em Euros (Latibex), da Bolsa de Madri.

6.2.6 Canais de Relacionamento

GRI 4.4

A seus acionistas e investidores, a Copel dispõe canais de comunicação específicos, por meio da área de relações com investidores (no e-mail ri@copel.com e no site www.copel.com/ri), do departamento de acionistas e custódia (acionistas@copel.com), da central de atendimento telefônico (0800 41 2772) e dos informativos impressos “Informe RI Copel” e “Informativo

Trimestral". Além disso, a Copel emite outros comunicados e relatórios a esse público, disponibilizados no site da Companhia.

6.3 Empregados

Políticas estabelecidas para o quadro de empregados:

6.3.1 Perfil do quadro de empregados das subsidiárias integrais

A relação de emprego entre a Copel e os empregados é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por legislação complementar específica. Por ser uma empresa de economia mista, a contratação de empregados só pode ocorrer mediante realização de concurso público, predominantemente para cargos de base, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça ou crença. A Copel destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes. Os altos executivos que compõem a diretoria da Companhia são eleitos em assembleia do Conselho de Administração da Companhia. Todos têm em seu histórico de atuação profissional empresas ou instituições do estado do Paraná. **GRI EC7**

A Copel também tem estagiários, que não são computados no cálculo da força de trabalho, pois a lei que rege tal atividade a define como um complemento da formação educacional.

Assim, além de seus empregados, compõem a força de trabalho 5.516 terceiros vinculados a empresas que prestam serviços à Copel, nas seguintes atividades: Atendimento a clientes, Atendimento emergencial, Construção de obras de Linhas e Redes de Distribuição, Manutenção do sistema elétrico, Ligação, Suspensão e Religação, Leitura de Medidores em Baixa Tensão, Zeladoria, Vigilância, Manutenção Predial, entre outras. Não cabe à Copel a coordenação direta da realização de tais atividades, mas sim a gestão dos contratos firmados com as empresas prestadoras de serviços. Todos os contatos que são necessários (repasso de orientações, correções de eventuais problemas, entre outros) são feitos diretamente aos prepostos designados para atuar como representantes das empresas prestadoras de serviço, junto à Copel. Atuando de tal maneira, a Companhia respeita a legislação relativa à contratação de empregados e busca evitar ações na justiça do trabalho, nas quais venham a ser requeridas a equiparação com a força de trabalho da Copel. **GRI LA1**

Em 2012, a Companhia contou com 9.468 empregados do quadro próprio, desse total 627 ocupam cargos de gestão. Eles estão distribuídos nas regionais da Copel no Paraná: Cascavel

com 1.430, Curitiba com 4.701, Londrina com 1.138, Maringá com 1.112, Ponta Grossa com 1.064. Há ainda, um grupo em Colíder, no Mato Grosso, com 23 pessoas. **GRI 2.8**

No ano, a Companhia admitiu 676 novos empregados, mediante concurso público, e 613 empregados desligaram-se da empresa, grande parte por aposentadoria. **GRI LA2 parcial**

6.3.2 Política salarial

Concentrando a maioria das operações no estado do Paraná, na Copel, as práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo são baseadas em um modelo próprio, que se apoia em dois pilares: remuneração fixa, de acordo com salários do mercado e mérito, e remuneração variável, que recebe Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR). O menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2012 (R\$ 1.246,04) é aproximadamente duas vezes o valor do salário mínimo nacional vigente no ano (R\$ 622,00), não havendo diferença salarial entre homens e mulheres. **GRI EC5**

6.3.3 Benefícios

A Companhia fornece a seus empregados benefícios que vão além dos previstos na legislação. Assim, os benefícios são oferecidos com igualdade proporcional a todos os empregados independente da carga horária. Não há no quadro da Empresa empregados temporários. Todos recebem plano de saúde, auxílio-educação, adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes, entre outros proporcionados pelo convênio da Copel com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **GRI LA3**

Por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, os empregados-participantes ainda podem contar com plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, além de uma carteira de empréstimos que obedece a disposições legais.

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é predeterminada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo

com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33/IAS 19 e IFRIC 14, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras. Os valores estão disponíveis nas demonstrações financeiras no site da Copel em www.copel.com . **GRI EC3**

6.3.4 Treinamento e desenvolvimento (T&D)

GRI EU14 parcial

No âmbito de treinamento e desenvolvimento, a Copel realizou uma série de iniciativas em 2012. No início do último ano criou a UniCopel, entidade interna que promove programas educacionais com foco no conhecimento e no empreendedorismo inovador, para a melhor execução das estratégias corporativas. Por meio dela, até dezembro foram registradas 30.371 participações de empregados e 296 de contratados em 2.464 treinamentos. Além disso, 124 empregados participaram de cursos de pós-graduação *latu sensu* e 18 de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Para 2013, a UniCopel implementará novos programas educacionais na Companhia.

Ainda para 2013, a UniCopel substituirá a metodologia Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento (DND) – realizada anualmente há mais de dez anos, para identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento interno – pelo Planejamento Educacional (planE), que trará uma série de benefícios para alinhar treinamento e desenvolvimento interno com as diretrizes empresariais, associando cada evento a uma meta relacionada ao negócio.

Todos os profissionais que atuam na área de segurança empresarial da Companhia são submetidos a treinamentos que envolvem aspectos relativos aos direitos humanos. **GRI HR8**

Já para os empregados terceirizados, as necessidades de treinamento e desenvolvimento são identificadas a partir de atividades específicas e são estabelecidas nos contratos, tais como: treinamentos sobre os sistemas e aplicativos computacionais utilizados por teleatendentes, cursos de requalificação de terceirizados que executam serviços no sistema elétrico, entre outros. Eles também participam de programa de integração, no qual são abordados os temas saúde e segurança no trabalho. **GRI EU16 | EU18 parcial**

6.3.5 Relações trabalhistas e liberdade de associação

A plena liberdade de associação e negociação coletiva está garantida em item específico do Código de Conduta da Companhia. Os empregados da Copel são representados por 19 sindicatos nas relações de trabalhos com a empresa, com destaque para o Sindicato dos Eletricitários e os sindicatos das categorias profissionais diferenciadas. Muitos dos benefícios fornecidos pela empresa advêm de acordos trabalhistas coletivos que cobrem a totalidade dos trabalhadores. *GRI LA4 parcial | HR5*

6.3.6 Clima organizacional e Pesquisa de Opinião do Empregado (POE)

Anualmente a Copel realiza a Pesquisa de Opinião do Empregado (POE), um canal direto de comunicação com todos os seus empregados que tem o objetivo de conhecer a opinião sobre os atributos que promovem a satisfação, o comprometimento e a felicidade no ambiente profissional. Em 2012 a POE foi realizada entre os meses de maio e junho. Dos 60,8% empregados que participaram dela, 85,09% consideram a Copel ótima ou boa para se trabalhar.

6.3.7 Diversidade e igualdade de oportunidades

A Copel é uma empresa que pratica a equidade, respeitando e não restringindo o acesso a bens, serviços ou quaisquer outros direitos entre diferentes sexos, raças, religiões, idade ou classe social. Por isso, desde 2007 pratica a política de igualdade de gênero por meio do Programa de Promoção da Diversidade.

Em 2010, instituiu o Comitê Pró-Equidade de Gênero e recebeu pela primeira vez o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Em 2011, aderiu ao Programa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de criar uma cultura empresarial de incentivo à equidade de gênero e raça. Em 2012, reformulou a composição e atribuições do seu Comitê Pró-Equidade de Gênero, que encarregou de sensibilizar, mobilizar e coordenar o programa na Copel, atuando, construindo e gerenciando o processo igualitário de forma coletiva.

A Companhia não divulga os casos de discriminação, mas todos são identificados e verificados por uma Comissão responsável por estes tipos de acontecimentos. A área e partes envolvidas passam por conscientização e eventualmente treinamento comportamental. Pode haver transferência do empregado envolvido sem que haja prejuízo entre as partes. Outras medidas são adotadas caso a caso e são sempre acompanhadas para verificação da eficácia. *GRI HR4 parcial*

BOX/DESTAQUE**Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é o reconhecimento do compromisso da organização com um processo eficiente de gestão, em busca de resultados econômicos, financeiros e socioambientais de qualidade, além de demonstrar nacional e internacionalmente o comprometimento da Companhia com a equidade de gênero e étnico-racial.

Em 2012, a Copel realizou três atividades previstas em seu Plano de Ação durante a 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: sensibilização sobre o tema gravidez na adolescência para a comunidade de entorno da usina de Mauá; encontro com as empresas paranaenses signatárias do Programa, para promover a troca de boas práticas e disseminar conceitos; e comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

6.3.8 Programa EletriCidadania: voluntariado corporativo

O Programa tornou-se corporativo em 2004 para dar direcionamento empresarial para diversas iniciativas sociais de diferentes regiões do Estado do Paraná. O Programa EletriCidadania visa incentivar, reconhecer e valorizar os voluntários da Copel que atuam em prol do desenvolvimento de suas comunidades. Dessa forma, o Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade sob aspectos culturais, educacionais ou profissionais.

Essas atividades podem ser realizadas em instituições de ensino, organizações assistenciais, associações, hospitais e demais instituições de saúde, entre outras. As frentes de atuação são inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e abrangem temas como direitos humanos, educação, inclusão, saúde, meio ambiente, cidadania e sustentabilidade.

Em 2012, 177 empregados participaram do programa, realizando um total de 1.182 horas de voluntariado, sendo que algumas iniciativas se destacaram:

- **Grupo Cont'Ação:** voluntários que promovem sessões de contação de histórias e viagens culturais em instituições de saúde para pacientes internos e seus familiares (adultos e crianças).

- **Tricopel:** confecção de peças em tricô, crochê, entre outras atividades manuais a serem doadas a entidades sociais em Ponta Grossa, Curitiba, Irati, Londrina e Cascavel.
- **Recicla receita:** doação de material reciclável (bobinas do papel da conta de luz) para instituições assistenciais APAEs. Com o material são desenvolvidos programas de aprendizagem e desenvolvimento para o público específico.
- **Oficina do Brinquedo:** arrecadação e recuperação de brinquedos para serem distribuídos a crianças carentes e entidades sociais de Cascavel e Curitiba.
- **Tecla Social:** arrecada, recupera e doa computadores a alunos da rede pública e a instituições de crianças, jovens e idosos, além de reciclar, reutilizar e destinar adequadamente equipamentos eletrônicos não reaproveitados.
- **Campanhas diversas:** Natal, Páscoa, Agasalho, Livro, Leite, entre outras, visam promover a arrecadação de materiais e doações a ser destinados a instituições locais.

6.3.9 Saúde e Segurança

GRI LA81 EU16

A Copel promove a gestão dos aspectos relativos à saúde de seus empregados e às medidas de segurança em suas operações. Sob o ponto de vista do ambiente físico, as atividades nas instalações tanto do Paraná quanto fora do estado possuem características distintas e apresentam fatores de risco. Por isso, a Companhia possui em cada localidade um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) que aborda informações e definições de procedimentos de trabalho, especificação de equipamentos de proteção individual e coletiva, elaboração de Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e definição de parâmetros para o Programa de Controle Médico e Saúde Organizacional (PCMSO).

Ao mesmo tempo, possui programas formais para promover ações de satisfação e valorização dos empregados, contribuindo para o bem-estar psicológico, desenvolvimento das pessoas e da organização, minimizando impactos negativos no ambiente de trabalho. Em complemento, investe na promoção da saúde do trabalhador por meio de um serviço próprio de saúde ocupacional, além de oferecer convênio assistencial com a Fundação Copel para realização de exames de diagnóstico de patologias relacionadas ao trabalho e outras que possam afetar a capacidade laboral.

6.3.10 Indicadores de Empregabilidade**GRI LA7 parcial | LA13 parcial | LA14 | EU15**

Indicadores de empregabilidade das Subsidiárias Integrais	2012	2011	2010
Empregados até 30 anos de idade (%)	23,89	22,33	22,49
Empregados com idade entre 31 e 44 anos (%)	37,28	39,68	40,00
Empregados com idade superior a 45 anos (%)	38,83	37,99	37,52
Nº de mulheres em relação ao total de empregados (%)	21,32	20,5	20,5
Mulheres em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	19,62	18,91	17,36
Empregados negros (pretos e pardos) em relação ao total de empregados (%)	11,09	11,32	10,85
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	6,54	5,28	4,52
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	3,90	3,36	9,36
Empregados do programa de contratação de aprendizes ^{(*)/(**)} (%) (considerados os aprendizes dos decretos Estadual e Federal)	5,20 (***)	0,81	0,83
Empregados portadores de deficiência	175	92	89
Remuneração (acumulado no ano em R\$ mil)			
Remuneração dos administradores	12.180	9.652	8.900
Remuneração dos empregados	808.107	715.967	560.267
Folha de pagamento bruta (Desembolso 2012)	1.281.482	982.653	811.514
Encargos sociais compulsórios	274.699	223.091	188.000
Benefícios	314.461	321.194	237.664
Educação (relatório interno)	3.665	3.398	2.818
Alimentação	101.222	93.273	81.852
Saúde	140.595	107.132	79.411
Fundação	55.492	51.119	52.271
Indenizações trabalhistas	168.822	64.442	19.737
Outros (auxílio doença complementar, seguros, auxílio maternidade prorrogado, auxílio invalidez e morte acidental)	13.657	511	918
<p>(*) A Copel está inserida no âmbito do Decreto Estadual 3492/2004, que trata do Programa de Inserção do Adolescente no mercado de trabalho. Os menores são contratados por um ano, podendo ser a contratação prorrogada por igual período, estando sua jornada de trabalho limitada em quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira.</p> <p>(**) A aprendizagem na Copel em atendimento ao Decreto Federal 5598/2005, é coordenada por entidade interveniente, com contratos de aprendizagem estabelecidos pelo período de 2 anos. (A jornada de trabalho desses adolescentes, foi alterada pela Portaria 723/12.)</p> <p>(***) O quadro considerado para cálculo da cota do aprendiz é definido com base no art. 10 do Decreto 5598/2005 que regulamenta a Lei 10.097/2000.</p>			
Participação nos resultados (acumulado no ano)			
Investimento total em programa de participação nos resultados da Copel (R\$ mil)	45.392	49.068	66.152
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	3,54	4,89	8,15
Ações da Copel em poder dos empregados (%) (Não tenho esta informação)	-	-	0,01
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela Copel (inclui participação nos resultados e bônus)	15,62	26	27,0
Divisão da menor remuneração da Copel pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)	2,88	2,2	1,8

Perfil da remuneração [% de empregados em cada faixa salarial (R\$ mil): dados de dezembro]			
Até 2.000,00	27,2	34,11	38,41
De 2.001 a 4.000	44,7	40,69	39,98
De 4.001 a 6.000	14,6	15,57	13,28
Acima de 6.000	13,5	9,62	8,33
Por categorias (salário médio no ano corrente) (R\$ mil)			
Cargos gerenciais	8.867	8.509	8.634
Cargos administrativos	4.036	2.100	2.893
Cargos de produção	2.987	3.380	2.670
Salário Médio de empregados/as gerentes e não gerentes (Salário nominal médio em R\$: dados de dezembro)			
Mulheres não gerentes	3.131	2.968	2.560,67
Mulheres gerentes	7.655	7.428	6.734,06
Homens não gerentes	3.278	3.902	2.804,88
Homens gerentes	9.163	8.761	9.036,68
Saúde e segurança no trabalho (acumulado no ano)			
Nº total de acidentes de trabalho com empregados	198	170	145
Nº total de acidentes de trabalho com lesão de terceirizados/contratados	94	136	94
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,021	0,018	0,018
Acidentes com afastamento temporário de empregados (%)	64,1	69,4	65,7
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo, incluindo LER (%)	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou prestadores de serviço (%)	2,74	1,76	0,0
Índice de Taxa de Frequência - TF total com lesão e afastamento da Copel no período, para empregados	5,25	5,09	4,38
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	NA (*)	NA (*)	NA (*)
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ mil)		26	50
Escolaridade e desenvolvimento profissional			
Ensino fundamental (%)	2,4	3,38	3,90
Ensino médio (%)	55,1	54,77	54,60
Ensino superior (%)	28,1	41,85	27,59
Pós-graduação: especialização/mestrado/doutorado (%)	14,4	13,88	14,05
Analfabetos na força de trabalho (%)	0	-	-
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação	16.432	-	-
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	64,79	68,34	69,0
Comportamento frente a demissões (acumulado no ano)			
Nº de empregados ao final do período	9.468	9.400	9.041
Nº de admissões durante o período	676	1.036	1.153

Reclamações trabalhistas						
Total no período ⁽¹⁾	423	450	598			
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil) ⁽²⁾	520.302	382.497	254.275			
Valor provisionado no passivo (R\$ mil) ⁽³⁾	123.076	108.615	95.343			
Nº de processos existentes ⁽⁴⁾	2.969	2.625	2.319			
Nº de empregados vinculados nos processos ⁽⁵⁾	423	450	598			
Nº de beneficiados pelo programa de previdência complementar	9.870	6.633	8.852			
Nº de beneficiados pelo programa de preparação para a aposentadoria (informação Unicope!)	232	268	279			
Trabalhadores terceirizados (valores acumulados de dezembro) ^(*)						
Nº de trabalhadores terceirizados/contratados	5.516	5.212	5.044			
Empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 a 10 anos (considerando que homens se aposentam com 65 anos e mulheres com 60 anos)						
	2012		2011		2010	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Operacional	0	11	0	8	17	102
Profissional de Nível Médio ⁽⁶⁾	192	153	167	122	173	58
Profissional Técnico de Nível Médio ⁽⁶⁾	8	60	7	44	5	37
Profissional de nível superior	44	84	29	70	30	39
Gerente	38	63	37	43	27	41
TOTAL	282	371	240	287	252	277
Percentual por total de funcionários	3,0	3,8	2,55	3,05	2,83	3,11
Tempo médio de atuação dos colaboradores desligados da empresa						
Demitidos por tempo de casa						
	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas
até 5 anos (considerados desligados com até 60 meses de casa)	79	199	76	185	71	215
5 a 10 anos (considerados desligados com 61 meses até 120 meses de casa)	17	45	16	47	11	74
10 a 20 anos (considerados desligados com 121 meses até 240 meses de casa)	10	10	4	9	1	24
acima de 20 anos (considerados desligados com 241 meses ou mais de casa)	39	224	27	128	68	356
Total	135	478	123	369	151	669

Rotatividade																		
Faixa Etária ⁽⁷⁾	Demitidos						Admitidos						Rotatividade					
	Fem			Mas			Fem			Mas			Fem			Mas		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012**	2010	2011	2012*
até 29 anos	56	60	58	203	164	163	180	190	89	525	465	272	12%	11,3%	14,6%	13,2%	10,4%	14,6%
30 a 49 anos	35	39	38	114	76	103	106	86	124	320	221	170	3,3%	3,5%	7,0%	2,6%	1,7%	3,1%
50 anos e acima	60	24	39	352	129	212	3	1	9	19	14	12	24,1%	8,1%	7,7%	27,6%	8,8%	7,4%
Total	151	123	135	669	369	478	289	277	222	864	700	454	8,5%	6,4%	9,0%	9,4%	4,9%	6,2%

(1) Processos recebidos na Copel de empregados ativos e inativos e cadastrados no CPJ (em andamento são 528)

(2) Valores estimados corrigidos dos processos de ex-empregados (relat. do passivo)

(3) Provisão (valores prováveis)

(4) Número de processos com exclusão daqueles em vias de encerramento ou suspensos por acordo judicial, bem como dos demais classificados como ativo contábil

(5) Considera-se um por processo excluídos os de sindicatos

(6) Os cargos foram reclassificados em 2012

(7) Idade no último dia do ano

(*) A Copel, em face de contratar trabalhadores terceirizados através de empresas prestadoras de serviços, não possui registro de dados relativos a perfil de remuneração, nível de escolaridade e Índice de Taxa de Gravidade - TG de seus empregados terceirizados/contratados

(**) Nos anos anteriores a rotatividade se referia a porcentagem de demitidos pelo total de funcionário, em 2012 a mesma foi quantificada utilizando a seguinte fórmula:
$$((\text{admitidos} + \text{demitidos} / 2) \times 100) / (\text{Efetivo médio: (quadro período anterior} + \text{quadro atual}) / 2)$$

6.4 Fornecedores

GRI EC6

A Copel adota em suas licitações de fornecedores a modalidade de pregão eletrônico, de maneira a atender a diretriz do Governo Estadual e contribuir com uma maior transparência aos atos da administração, democratizando o processo e permitindo que empresas de todo o país possam participar. Além disso, sempre realiza contratações de materiais e serviços em conformidade com a Lei de Licitações nº 8.666/93, não possibilitando a escolha regionalizada.

GRI HR1 parcial | HR2 | HR5

Em todos os contratos de materiais e serviços firmados pela Copel com seus fornecedores contempla-se cláusula relativa a questões de responsabilidade social e de direitos humanos, na qual as partes contratantes se comprometem a: não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto a seus respectivos fornecedores.

GRI HR6 | HR7

Esses contratos também contemplam cláusulas específicas quanto à condição de trabalho infantil e escravo ou análogo, nas quais as partes contratantes se comprometem a não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços a fim de que estes também se comprometam no mesmo sentido.

Da mesma forma, destaca-se a preocupação com o meio ambiente, em cláusula onde as partes se comprometem a proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanados das esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº

9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

As condições contratuais de materiais e serviços também estabelecem que a Copel poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas ao fornecedor contratado, sendo-lhe permitidas visitas a quaisquer estabelecimentos deste. Estes contratos firmados pela Copel com seus fornecedores são gerenciados por gestores de contrato disponíveis em todas as unidades na Companhia, responsáveis pelo contínuo e amplo acompanhamento, fiscalização e controle de seu objeto e das condições contratuais pactuadas entre as partes até seu encerramento, de acordo com as normas e manuais técnicos e administrativos próprios da Companhia.

Nas inspeções de avaliação industrial, existem itens de verificação específicos relativos a riscos ambientais, ocorrência de discriminação, de trabalho infantil ou de trabalho em condições de escravidão ou similar.

Em todo o processo de contratação de fornecedores, a Companhia deixa claro que não se deve atribuir trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 16 anos. Da mesma forma, exige que todos informem se empregam menores, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz. De acordo com o porte que têm, os fornecedores são avaliados, ainda, em aspectos relacionados à natureza jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira e técnica, para receberem Certificado de Registro Cadastral, ao qual o habilitam a participar de processos licitatórios da Companhia.

Em complemento, a Copel propõe a todos reuniões de integração, a serem realizadas antes do início dos serviços, abordando temas relativos às práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, itens presentes em seu Código de Conduta. A Companhia também dispõe de mecanismos que monitoram o efetivo cumprimento de cláusulas contratuais relativas à responsabilidade social e de direitos humanos, como oficinas de orientação sobre a interpretação dos contratos firmados entre as partes. **GRI EU16**

6.5 Clientes

Principais informações sobre nossos clientes em 2012:

6.5.1 Número de clientes por classe

Em 2012, a Copel somou um total de 4.037.570 clientes, divididos nas classes residencial, comercial, rural, industrial e poder público. **GRI EU3**

Mercado Cativo - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores			Energia vendida (GWh)		
	Dez/12	Dez/11	%	2012	2011	%
Residencial	3.196.457	3.089.619	3,5	6.559	6.224	5,4
Industrial	86.717	80.771	7,4	7.405	7.467	(0,8)
Comercial	327.244	319.667	2,4	5.048	4.769	5,9
Rural	372.640	374.819	(0,6)	2.025	1.871	8,2
Outros	54.512	52.058	4,7	2.211	2.123	4,2
Mercado Cativo	4.037.570	3.916.934	3,1	23.248	22.454	3,5

Mercado Fio de Energia - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores/contratos			Energia distribuída (GWh)		
	Dez/12	Dez/11	%	2012	2011	%
Mercado Cativo	4.037.570	3.916.934	3,1	23.248	22.454	3,5
Concessionárias e Permissionárias	4	4	-	635	601	5,8
Consumidores Livres ⁽¹⁾	89	31	187,1	3.020	3.139	(3,8)
Mercado Fio	4.037.663	3.916.969	3,1	26.903	26.194	2,7

⁽¹⁾ Total de consumidores livres atendidos pela Copel Geração e Transmissão e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

6.5.2 Canais de relacionamento

Os clientes atendidos pela Copel podem contar com diversos canais de relacionamento. Para efetuar solicitações, sugestões e reclamações podem ligar, sem custo, para o Call Center (0800 51 00116). Outro meio são as soluções virtuais, realizadas por meio da Agência Virtual na Web - SMS, URA, CHAT e e-mail. Em 2012, foi lançado o Copel Mobile, um aplicativo que leva os serviços on-line aos smartphones e tablets. Estes canais virtuais representaram, ao final do ano, 40% dos atendimentos realizados.

A Copel ainda disponibiliza 15 postos de atendimento móvel, que percorrem bairros, feiras, eventos e palestras em escolas ou empresas, assim como divulgam informações sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica. Nas agências dos Correios em todo o estado do Paraná, existem envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Entre 2011 e 2012 foram abertas 256 novas unidades de atendimento presencial, além das 411 que atuam em todos os municípios da de concessão. A Copel sempre realiza investimentos em

novos canais de relacionamento para facilitar as solicitações de serviços e aumentar a eficiência do atendimento.

6.5.3 Indicadores de fornecimento

Os principais indicadores de fornecimento de energia são a Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC). Em 2012, o DEC da Copel foi de 10,25, maior que a meta interna estabelecida pela Companhia, de 9,90, porém abaixo do limite regulatório de 13,04. O quadro mostra detalhes de DEC e FEC da Companhia nos anos de 2010 a 2012, por meio de dados da qualidade técnica dos serviços prestados pela Companhia e da segurança no uso final da energia. **GRI EU28 I EU29**

Qualidade técnica dos serviços prestados	2012	2011	2010
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): (1) geral da Copel (valor apurado)	10,25	10,64	11,46
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): geral da Copel (limite)	9,90	13,53	14,01
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): (2) geral da Copel (valor apurado)	7,84	8,26	9,46
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): geral da Copel (limite)	8,26	11,94	12,80

(1) O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.
(2) O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

Índices de Compensação de Continuidade					
Região SUL					
COPEL-DIS - 2012					
Compensações	DIC, FIC e DMIC			DICRI	Total
	Mensais	Trimestrais	Anuais	Mensais	
Quantidade das compensações	1.944.237	489.301	426.083	62.140	2.921.761
Valor das compensações (R\$)	5.634.098,80	556.784,42	2.014.429,16	292.637,20	8.497.949,58

GRI PR9

6.5.4 Pesquisas, índices de satisfação e conformidade

GRI PR5

Em 2012, a Copel implementou ações para a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor, com destaque para o aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Filas, que permite o acompanhamento on-line nas unidades de atendimento presencial e a aplicação de medidas de redução do tempo de espera. Os consumidores ainda podem contar com o Conselho de Consumidores, que os representam quanto a questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequação dos serviços.

Além disso, no ano, a Copel participou de diversas pesquisas de opinião para medir a satisfação dos clientes com relação aos serviços prestados por ela nos segmentos em que atua. Os resultados da pesquisa do segmento residencial, feita na edição do Prêmio da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), registrou 89,9% de clientes satisfeitos, enquanto que a mesma categoria da pesquisa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi de 65,44%.

Outros resultados, analisados entre 2010 e 2012, são detalhados na tabela. Com tais pesquisas, a Copel avalia oportunidades de melhorias e ações a serem implementadas em suas operações, a fim de obter total satisfação de clientes e evolução nos processos.

Satisfação do cliente	2012	2011	2010
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC - Aneel	65,44	(1)	62,22
ISC - Índice de Satisfação do Cliente (preço e qualidade)	67,59	59,2	63,9
ISQP Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida	89,9	88,1	90,2
Total de ligações atendidas (call center)	5.803.000	6.386.651	7.231.453
Nº de atendimentos nos escritórios regionais	2.939.752	2.571.199	2.127.185
Reclamações em relação ao total de atendimentos (%) *	1,44	2,12	1,53
Tempo médio de espera até o início de atendimento telefônico (seg.)	28"	31"	14"
Tempo médio de atendimento (min.)	3'33"	3'33"	3'14"
Percentual de reclamações atendidas em até 05 dias úteis	56,27%	N/D	N/D
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores	2012	2011	2010
À Empresa **	79.722	113.115	142.822
Ao Procon	638	479	1.028
À Justiça	1.635	1.600	1.302
Reclamações (2): principais motivos (%)	2012	2011	2010
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores à Ouvidoria	5.894	5.987	5.134
Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %)	2012	2011	2010
Procedimento irregular: inclui autorreligação, desvio de energia e medição adulterada	5,5	7,0	14,9
Atendimento ao cliente: inclui tempo de espera, retorno/resposta, respeito/cortesia	11,2	9,8	10,5
Valor da conta de luz: inclui leitura do consumo de energia, tarifa e débitos pendentes.	6,5	17,3	3,8
Ligação/religação: inclui cobrança de taxas, prazo, vistoria da entrada de serviço, postinho de luz.	17,4	13,8	12,4
Outros: de cunho administrativo e sobre cadastros	5,8	7,4	2,5
Interrupção do fornecimento: inclui desligamento não programado/programado/solicitado, duração e frequência	11,4	1,7	9,6
Fatura: inclui emissão de 2ª via, débito em conta corrente, pagamentos, entregas e contas vinculadas.	17,7	13,5	15,6
Rede/linha: sobre aumento de carga/reforço na rede, obras de extensão e prazos	5,8	4,3	5,9
Ressarcimento: inclui danos materiais, morais, físicos, lucros cessantes e prazos	9,8	12,8	17,1
Tensão: inclui nível e variação/oscilação	2,5	1,3	2,4
Iluminação pública: sobre lâmpadas/luminárias, cobrança e prazos	1,9	1,2	1,1
Meio ambiente: inclui poda/corte de árvores, obras/construção	1,4	1,3	1,7
Suspensão do fornecimento: inclui reclamações sobre deficiência técnica, falta de pagamento e suspensão indevida	2,9	8,3	2,2
Programa social: sobre cadastro, universalização e prazos	0,1	0,3	0,3
Reclamações consideradas procedentes em relação aos casos finalizados	37,8	44,4	40,6

(1) Conforme Aneel, a pesquisa não foi realizada por problemas na coleta de dados.

(2) Consideradas apenas as reclamações vinculadas a consumidores.

* A porcentagem é calculada da seguinte forma: (RECLS CAL + RECL AGE) / (ATENDS CAL + ATENDS AGE)

** Valor referente às reclamações consideradas procedentes, não incluindo reclamações associadas a Interrupção do Fornecimento de Energia Elétrica

6.5.5 Saúde e segurança dos clientes e da população

GRI LA8 | PR1 | EU24

Pelo forte envolvimento com a sociedade e comunidades onde está instalada, a Copel se preocupa com a saúde e segurança da população. Assim, realiza ações sustentáveis de comunicação sobre o uso racional e seguro de energia, para evitar acidentes, incorporando conceitos sobre cidadania e cuidados com o meio ambiente.

Em 2012, por meio do programa Kit-Escola, realizou palestras nas escolas de todo o Paraná, ministradas por técnicos de segurança e 650 voluntários. Além disso, em convênio com a Associação de Radiodifusão do Paraná, fez divulgações em emissoras de rádio sobre o uso seguro da eletricidade. No ano, a parceria foi realizada com 240 emissoras, sendo que cada uma veiculou oito mensagens diárias, totalizando 1.920 mensagens por dia e 57.600 por mês.

A Copel ainda promove, anualmente, a Semana Nacional de Segurança, em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e demais distribuidoras. No litoral Paranaense realiza as Campanhas de Verão, que da mesma forma contribuem para disseminar informações de segurança em escolas, empresas de construção civil e locais públicos (praças, supermercados, terminais de ônibus e shopping centers).

Em complemento, as áreas das diversas regionais no Estado realizam palestras em empresas, cooperativas rurais, canteiros de obras, associações de classe e comunidade em geral, além de participar de feiras e eventos regionais.

Os clientes da Companhia também recebem informações constantes sobre segurança com relação à energia elétrica, por meio de mensagens nas faturas e envelopes. Igualmente, os consumidores das áreas rurais recebem o calendário rural de autoleitura do consumo de energia com informações sobre segurança e outros conceitos sobre sustentabilidade.

Em 2012, foram identificados 12 óbitos com usuários, em consequência da má utilização da energia elétrica, em toda área de concessão da Copel **GRI EU25 parcial**

BOX/DESTAQUE

Programa Corporativo de Acessibilidade

Para facilitar a acessibilidade de funcionários e partes interessadas na Companhia que possuam algum tipo de deficiência, a Copel criou o Programa Corporativo de Acessibilidade. Por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, o Programa possibilita que todos tenham acesso às suas instalações, informações e serviços. Com isso, em 2012 a Copel alcançou a marca de 80% das agências e postos de atendimento adaptados arquitetonicamente. Uma das metas do programa é tornar todas as agências acessíveis até 2014.

6.6 Comunidade

Nossa presença na comunidade em 2012:

6.6.1 Programas e projetos

GRI EC9I SO1 | EU20I EU19

A Copel sempre se preocupou com as comunidades de entorno das suas operações. Em 2012, os vários municípios que abrigaram empreendimentos da Companhia contaram com a disponibilização de projetos com viés da sustentabilidade.

Nos empreendimentos em que a Companhia atua, a participação de públicos afetados pelo projeto ocorre de forma transparente, considerando efetivamente suas opiniões, expectativas e prioridades, com base na Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, que guia todas as decisões e ações da empresa. A comunicação também acontece por meio de programas de comunicação social executados em cada empreendimento e por canais de comunicação da Companhia. Desde 2011, o empreendimento Usina Hidrelétrica Colíder recebeu um canal direto para as partes interessadas por meio de linha 0800. No mesmo ano, foi aberto um escritório da Copel em Colíder, no Mato Grosso, para atendimento presencial de atingidos e demais públicos interessados na obra da usina. Veja mais em www.copel.com.br

A Copel também disponibiliza para as comunidades do Paraná museus com acervos de energia e meio ambiente. Nessa ação, sua trajetória é retomada no Museu da Energia de Curitiba, assim como a história da expansão do fornecimento de energia elétrica no Paraná. Documentos de época, fotografias e objetos que fizeram parte da evolução tecnológica para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica são vistos todos os dias pelos visitantes. Eles ainda aprendem sobre uso seguro e eficiente de energia, consumo consciente e as inter-relações entre energia e meio ambiente. A Copel igualmente contribui para a preservação do Museu Regional do Iguaçu, originário dos programas de aproveitamento científico de flora e fauna, de salvamento da memória cultural e de resgate arqueológico dos empreendimentos.

Em 2012 iniciou-se a fase de aprovação do Programa Sob-linhas, que tem como objetivo implementar hortas comunitárias nas faixas de segurança das redes de energia elétrica da Copel, em parceria com prefeituras municipais e associações de moradores. O princípio da ação é o uso múltiplo e a ocupação social dos imóveis, promovendo a inclusão e a educação

ambiental, resgate da cidadania das comunidades que margeiam as áreas por meio da relação com a produção alimentar e a geração de renda.

BOX/DESTAQUE

Talento Olímpico do Paraná (TOP)

Com o objetivo de transformar o esporte amador para promover a inclusão social, melhorar a participação nas Olimpíadas de 2016 e tornar o Paraná uma referência do esporte no Brasil, em 2011 a Copel passou a patrocinar o programa Talento Olímpico do Paraná. O patrocínio continuou em 2012 e, com isso, 80 técnicos esportivos e 920 atletas paranaenses com potencial para disputar medalhas Olímpicas receberam bolsas-esporte para treinamento, um investimento feito pela Copel no valor de R\$ 3.800.000,00.

6.6.2 Programa de eficiência energética e uso racional

Em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei de aplicação de recursos financeiros em projetos que objetivam a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica, a Copel desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética (PEE). Por meio dele, em 2012, a Companhia aplicou cerca de R\$ 46,5 milhões em ações de eficiência energética em residências de consumidores com baixa renda, comunidades indígenas, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sinalização semafórica, entre outros. **GRI EN6**

6.7 Governo e Sociedade

A participação da Companhia em políticas públicas e outros programas:

6.7.1 Participação em Políticas Públicas

GRI SO5

A Copel apoia e participa de diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras entidades, com a intenção de promover a cidadania. Dessa forma, potencializa a utilização de recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência (FIA) com base em estimativas anuais do imposto a pagar. Em 2012, foram apoiados, ao todo, 65 projetos no âmbito dessas políticas públicas.

6.7.2 Programa Luz Para Todos

GRI EC8 I EU23 I EU26 parcial

Para promover cidadania e responsabilidade social, a Copel realiza e participa de diversas iniciativas que promovam desenvolvimento sustentável e transformação da sociedade paranaense.

Em 2003, o Governo Federal lançou o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país, lançando o Programa Luz Para Todos (LPT), com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural. Em 2011, por meio do Decreto nº 7.520/2011, o Governo Federal reeditou o Programa, instituindo atendimento, até 2014, aos moradores de assentamentos rurais, comunidades indígenas e quilombolas, além de fornecer energia a escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

A Copel desde o início fez sua parte. Na primeira edição do LPT, no período de 2004 a 2011, realizou mais de 76.000 ligações, superando a meta inicialmente estabelecida. Na segunda etapa, só em 2012 realizou 590 ligações e iniciou obras para atendimento às comunidades isoladas, por meio de cabos especiais e sistemas fotovoltaicos, o que poderá beneficiar mais de 500 famílias em 2013.

6.7.3 Outros Programas

GRI EC8 I EU23

Entre outros programas que a Copel participa, cinco deles têm destaque social. O Programa Luz Legal, iniciado em 2003 e concluído em setembro de 2012, ajustou o uso da energia em áreas de invasão e comunidades que tiveram regularização fundiária e urbanização, coordenadas pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). O Luz Legal construiu e ligou entradas de serviço para as moradias, com preço acessível e pagamento facilitado, atendendo cerca de 6.900 famílias de Curitiba e região metropolitana.

Outra ação foi o Programa de Irrigação Noturna, realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, com o objetivo de incentivar o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite para acionamento de sistemas de irrigação: 3.068 produtores rurais foram beneficiados até o final de 2012.

No mesmo sentido, o Programa Tarifa Rural Noturna tem o objetivo de incentivar os consumidores rurais atendidos em rede de baixa tensão a utilizar a energia elétrica entre 21h30 e 6 horas, mediante desconto de 60% na tarifa. Até 2012, 6.946 propriedades foram beneficiadas pela tarifa especial noturna.

Já no Programa Luz Fraterna, realizado em parceria com o Governo do Paraná, as unidades consumidoras classificadas como residencial de baixa renda ou residencial rural e com consumo de até 100 kWh têm isenção da fatura, pois o débito é assumido pelo Governo do Estado. Em 2012, a média mensal dos beneficiados por essa iniciativa foi de 158.492 consumidores.

A Companhia finalizou em julho de 2012 a efetivação de Cadastro Socioeconômico dos Reassentamentos, dos atingidos pelas UHEs Governador José Richa e UHE Governador Ney Braga, visando ao cumprimento de compromissos assumidos no processo de licenciamento dos empreendimentos. **GRI SO9 | SO10 | EU20**

BOX/DESTAQUE

Programa-piloto de redes inteligentes: Smart Grid

O Smart Grid, ou rede inteligente, é um sistema que busca incorporar tecnologias de sensoriamento, monitoramento, informação e telecomunicações para aperfeiçoar o desempenho da rede de energia, identificando falhas antecipadamente e se autorrecompondo diante de ocorrências. O assunto ainda é novo no segmento, mas a Copel é uma das empresas mais avançadas na área. A nova plataforma tecnológica da Copel está em fase de testes no município de Fazenda Rio Grande, próximo a Curitiba (PR). Em 2012, a Companhia investiu R\$ 20 milhões nas redes inteligentes, voltados a 18 projetos de automação direcionados à infraestrutura (tecnologias de sensoriamento, monitoramento, tecnologia da informação e telecomunicações). Dessa forma, o atendimento de uma ocorrência que comumente leva mais de uma hora poderá ter o seu tempo reduzido para minutos. Com esse projeto, a Copel pretende aperfeiçoar o atendimento a 100 mil consumidores, proporcionando maior confiabilidade e qualidade do serviço.

7. Desempenho Ambiental

7.1 Gestão do Desempenho Ambiental

A gestão para a sustentabilidade da Copel busca promover um alinhamento de esforços para garantir o alcance dos objetivos econômicos, sociais e ambientais da companhia. Todos os

projetos, programas e ações desenvolvidos pela Copel são orientados pela Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial.

A identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais são realizadas por meio de auditorias ambientais periódicas, internas e externas, integradas com a Política de Controle e Gestão de Riscos. Além disso, os aspectos e impactos ambientais de novos projetos, atividades e empreendimentos são identificados por meio de Estudos Ambientais, compreendendo:

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS)
- Relatório Ambiental Prévio (RAP)
- Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (Pacuera), para usinas hidrelétricas
- Plano Básico Ambiental (PBA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), como detalhamento das ações e programas de controle e compensação de impactos ambientais

GRI SO1 | SO9 | SO10 parcial

7.2 Gestão Sociambiental de Novos Empreendimentos

A construção de usinas hidrelétricas altera a condição natural do recurso hídrico e da vegetação da bacia de inundação. Os impactos socioambientais decorrentes da implantação de novos empreendimentos são irreversíveis, porém são mitigados ou potencializados, quando agregam benefícios para as comunidades, com a implantação dos programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) de cada obra. O PBA é elaborado com base nos impactos socioambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental - EIA. **GRI SO1 | SO9 | SO10 parcial | EN12**

Ao longo dos reservatórios estão localizadas as Áreas de Preservação Permanente que estão sendo recuperadas. Foram recuperados aproximadamente 700 hectares. **GRI EN13**

7.2.1 Usina Hidrelétrica - UHE Mauá

Possui 21 programas e 13 subprogramas socioambientais. Mais informações sobre os programas socioambientais da UHE Mauá estão disponíveis no site <http://www.usinamaua.com.br>. **GRI SO9 I SO10**

7.2.2 Usina Hidrelétrica - UHE Colíder

O PBA da UHE Colíder é constituído de 32 programas socioambientais. A execução dos programas é realizada em duas fases: construção do canteiro de obras e viabilização do reservatório. Entre as ações de relacionamento com as pessoas atingidas pelo empreendimento, se destacam 36¹ desapropriações ocorridas no período de 2011 a 2012. As demais 59 estão sendo negociadas em 2013. Os trabalhadores que tinham vínculos trabalhistas com os antigos proprietários das 95 áreas atingidas, estão sendo cadastrados pela área socioambiental da Copel com objetivo de classificação das necessidades para compensação social. A Companhia mantém programas de apoio e adaptação ao mercado de trabalho, atualização documental, intermediação de cursos profissionalizantes e se necessário até mesmo indenização financeira para facilitar adaptação à nova realidade. Outras informações sobre os programas socioambientais da UHE Colíder estão disponíveis no site do empreendimento: www.copel.com/uhecolider. **GRI SO9 I SO10 I EU20 I EU22**

¹ Valor baseado nas datas de desapropriações registradas nas escrituras dos terrenos e nas decisões judiciais.

7.2.3 Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso II

O PBA da PCH Cavernoso II possui 17 programas ambientais. Em 21 de setembro de 2012 foi emitida a Licença de Operação. Neste empreendimento, oito¹ proprietários foram atingidos e tiveram suas áreas desapropriadas de forma parcial ou integral, no período de 2011 a 2012. Parte dos proprietários continuaram em áreas remanescentes, outros adquiriram novos terrenos com o apoio da Copel. Informações sobre o programa estão disponíveis no site da Copel: www.copel.com. **GRI SO9 I SO10 I EU20 I EU22**

¹ Valor baseado nas datas de desapropriações registradas nas escrituras dos terrenos e nas decisões judiciais.

7.3 Licenciamento Ambiental

O gerenciamento de licenciamentos e autorizações ambientais é realizado por meio do registro e acompanhamento dos prazos legais e do cumprimento das condicionantes ambientais associadas, visando à continuidade da operação dos empreendimentos e a minimização dos riscos de sanções legais, para implantação, operação e manutenção.

7.3.1 Regularização do Licenciamento Ambiental

Com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental das Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de 01 de fevereiro de 1986, a Copel firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC para licenciamento de 225 empreendimentos, 136 Linhas de Transmissão e 89 Subestações. A Copel concluiu a solicitação de licenciamento ambiental para todos os empreendimentos a serem regularizados. Até o final de 2012, 49% das licenças haviam sido emitidas pelo órgão ambiental.

7.4 Sistema de Gestão Integrado

Como foco na melhoria contínua de seu desempenho ambiental, a Copel iniciou em 2009 a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas usinas que opera. Com o SGI, a Copel busca obter as certificações ISO 14.001 (Meio Ambiente) e OSHAS 18.001 (Saúde e Segurança no Trabalho), além da integração com a já obtida certificação ISO 9.001:2008 (Qualidade).

Em 2012, as atividades se concentraram na implantação e adaptação dos programas ambientais no formato requerido pela NBR ISO 14001:2004, com destaque para o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e o Monitoramento de Efluentes e Emissões Atmosféricas, entre outros que integram o Procedimento de Gerenciamento Ambiental de cada usina. **GRI EN26**

7.5 Materiais

No que diz respeito à aquisição de materiais, a Copel possui ações diretamente ligadas e alinhadas com sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial. Os fornecedores são identificados e classificados, considerando como critérios os aspectos técnicos, jurídicos, de

regularidade fiscal, responsabilidade social e ambiental e aspectos econômico-financeiros, o que ajuda a assegurar disponibilidade de fornecimento no longo prazo.

A Copel desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais. Nas avaliações industriais, que fazem parte do processo de cadastramento de fornecedores desde 1985, o responsável pela avaliação conduz esta atividade indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento, ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

Os transformadores retirados do sistema elétrico são encaminhados para avaliação técnica e triagem dos inservíveis e recuperáveis. Após a recuperação, os equipamentos são reincorporados aos estoques da empresa. Em 2012, foram recuperados 2.509 transformadores, monofásicos e trifásicos. *GRI EN2 parcial*

Outra iniciativa relativa ao reuso de materiais é a recuperação de medidores danificados retirados das unidades consumidoras. Pequenos reparos são realizados internamente, sendo encaminhados para empresas especializadas em recuperação aqueles cuja necessidade técnica demanda maiores reparos e troca de peças. Na etapa seguinte, os medidores são encaminhados ao posto de ensaios, autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), existente na Copel, onde são realizados ensaios metrológicos e verificação técnica para serem liberados e reutilizados.

7.6 Resíduos

A Copel tem como uma de suas metas diminuir a geração de resíduos sólidos em suas operações e assegurar a destinação adequada desse material para evitar danos ambientais.

Em 2012, foram implantados 45 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em diferentes unidades, com ações de sensibilização para um público de mais de 500 pessoas e capacitação de 30 profissionais responsáveis pela implantação dos planos. Também houve a habilitação de três associações, por meio de Chamada Pública, para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4.167/2009.

Em 2005, a Copel implementou o programa de descontaminação e reciclagem de lâmpadas queimadas contendo mercúrio em sua composição, pelo qual é dada destinação

ambientalmente correta. Em 2012, foram encaminhadas 49.195 lâmpadas para descontaminação.

Além disso, os resíduos orgânicos provenientes de refeitórios das usinas e de podas nas redes de distribuição são compostados (seja nos hortos florestais da Companhia ou por meio de doação a hortas comunitárias), evitando a disposição em aterros sanitários e, conseqüentemente, aumentando sua vida útil.

A tabela especifica os dados do tratamento e destinação final de resíduos gerados na Companhia em 2012.

GRI EN22

Resíduo	Unidade	Quantidade destinada			Método de tratamento/ Disposição Final	Custo 2012 (R\$ mil)
		2012	2011	2010		
Óleo Mineral Isolante	L	105.000	359.852	259.958	Regeneração	52,5
Resíduos Sólidos e líquidos contaminados com óleos e solventes	T	ND	49,98	38,5	Co-procesamento em fornos de indústrias de cimento	ND
Panos contaminados com óleos	un	ND	26.667	49.800	Reaproveitamento após lavagem industrial	ND
Solo contaminado com óleos	T	ND	15	8	Aterro Industrial Classe I	ND
Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas)	un	49.195	126.170	182.272	Desmercurização e reciclagem	33
Pilhas e Baterias	kg	ND	7.425	ND	Reciclagem	ND
Materiais contendo Amianto	T	72,7	N.D	54,4	Aterro Industrial Classe I	64
Rejeitos	T	13104	-	-	Aterro Sanitário	295
Resíduos de Poda	T	12521	-	-	Aterro Sanitário	Sem custos
Resíduos orgânicos (refeitório)	T	245	-	-	Compostagem (interna)	Sem custos
Resíduos orgânicos (poda)	T	4055	-	-	Compostagem (externa)	Sem custos
ND: Não destinado no ano						

Por determinação da Aneel, sucatas de materiais são alienadas com destinação exclusivamente à reciclagem. Todos os editais de venda de sucatas passam pelo aval da área de meio ambiente da Companhia e dela são exigidas todas as licenças ambientais, assim como são realizadas inspeções nas instalações das proponentes.

A tabela demonstra os resíduos alienados em 2012 e a receita obtida com a venda deles.

Resíduo	Unidade	Quantidade destinada			Método de tratamento/ Disposição Final	Receita 2012 (R\$ mil)
		2012	2011	2010		
Ferro e aço galvanizado	t	340	-	-	Fundição e reciclagem (Alienação)	294
Cabos de alumínio e cobre	t	818,3	-	-	Fundição e reciclagem (Alienação)	3.051
Baterias chumbo-ácido	t	95,62	-	-	Reciclagem (Alienação)	94
Óleo lubrificante	l	14.800	-	-	Rerrefino (Alienação)	10,25

7.7 Gestão de Bifenilas Policloradas - PCBs (Ascarel)

Em 2012, a Copel realizou levantamento da quantidade de equipamentos elétricos isolados a PCBs e de todos os equipamentos isolados a óleo mineral isolante - OMI.

A Copel realiza destinação final de equipamentos isolados a PCB, por meio da contratação de empresa licenciada, em que materiais impermeáveis são descontaminados e os permeáveis são incinerados. Atualmente, a companhia possui em operação, na Usina Termelétrica Figueira, nove transformadores de potência isolados a PCBs. A destinação final adequada de tais equipamentos será feita ao final de sua vida útil. **GRI EN24**

A quantidade de equipamentos isolados a PCB e respectivos pesos encontram-se na tabela a seguir.

Transformadores Isolados a PCB		
EQUIPAMENTO	PESO TOTAL DO EQUIPAMENTO (kg)	PESO DO ÓLEO ASCAREL (kg)
Trafo – Iluminação / Distribuição de CA	600	210
Trafo – TP	3590	1280
Trafo – Reserva (TR)	3590	1280
Trafo – TR	3590	1280
Trafo – TM	3590	1280
Trafo – TH	3590	1280
Trafo – TXA1	4050	1310
Trafo – TXA3	4050	1310
Trafo – Auxiliares G3	3320	1180
TOTAL	29970	10410

A quantidade de equipamentos isolados a OMI e respectivos volumes estão descritos na tabela a seguir.

Equipamentos Elétricos Isolados a OMI

Equipamento	Quantidade			Volume de Óleo (litros)		
	DIS	TRA	GER	DIS	TRA	GER
Disjuntores	413	141	14	495.874	631.994	84
TCs	6.963	1.855	16	223.427	220.527	400
TPs	3.614	1.091	12	125.751	127.838	300
Comutadores	190	102	0	50.000	30.700	0
Chaves à óleo	4.260	0	0	319.500	0	0
Religadores	1941	0	0	322.154	0	0
Transformadores de rede	391.908	0	0	15.105.774	0	0
Transformadores de serviços auxiliares	657	0	17	43.091	0	53.076
Reguladores de tensão	2.198	0	0	1.101.644	0	0
Transformadores de aterramento	593	0	0	348.439	0	0
Transformadores de potência	645	86	87	5.658.615	4.331.300	1.431.813
Total/negócio	413.382	3.275	146	23.794.269	5.342.359	1.485.673
Total global	416.803			30.622.301		

Progressivamente, a Copel realiza o inventário de equipamentos elétricos isolados a óleo mineral, que podem estar contaminados com PCBs. Até 2012, foram realizadas análises do teor de PCBs em óleo mineral isolante de transformadores de potência da Companhia, pela norma ABNT NBR 13882 – Líquidos Isolantes Elétricos – Determinação do Teor de Bifenila Policlorada (PCB).

Transformadores isolados a OMI

TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	GERAÇÃO	TOTAL
Total de transformadores de potência	645	86	87	818
Analisados quanto ao teor de PCB	633	59	51	743
Não contaminados com PCB	524	57	43	625
Contaminados com PCB	109	2	8	119

Em 2013, a Copel realizará análises do teor de PCBs em óleo mineral isolante em transformadores de potência que ainda não tiveram seu óleo analisado.

7.8 Derramamentos de óleo mineral isolante

Em 10 de junho de 2012, aconteceu a explosão de dois transformadores de potência (Trafos 1B e 4B) na UHE Governador Bento Munhoz (GBM), com 22 mil litros de óleo cada, isentos de PCBs. Esse acontecimento ocasionou o vazamento parcial dos transformadores, estimado em 16.400 litros do Trafo 1B e 8.500 litros do Trafo 4B. **GRI EN23**

No Trafo 1B não houve vazamento para dentro da casa de força, mas houve rompimento do casco devido à explosão e, com isso, pequena parte do óleo foi projetada para dentro da SE, sendo que a maior parte ficou retida na bacia de contenção. Já no Trafo 4B, houve rompimento das buchas e todo o vazamento de óleo foi para dentro da casa de força. Devido à atuação rápida da equipe de operação e de empregados que estavam na usina, os drenos foram tamponados e as bombas de drenagem e esgotamento foram desligadas a tempo de impedir que o óleo chegasse a jusante.

A ação de contenção foi realizada rapidamente por funcionários da Copel, não causando impactos ambientais significativos.

7.9 Energia

GRI EN3 | EN4 | EN5 parcial | EN6 | EN7 parcial | EN29

O consumo de energia elétrica da Copel destina-se ao funcionamento das sedes administrativas e dos pontos de apoio de subestações. Em 2012, o total consumido foi de 91.602 GJ, aumento de 1% em relação a 2011.

A Companhia estuda a reativação das Comissões Internas de Conservação de Energia (CICEs), responsáveis pelas ações e iniciativas de efficientização energética e redução de consumo nas instalações da Copel.

O parque gerador da Companhia dispõe de uma usina termelétrica a carvão mineral, a Usina Termelétrica Figueira. A Copel também detém participação de 80% na Usina Termelétrica Araucária, que gera energia a partir de gás natural em um sistema de ciclo combinado.

A tabela a seguir demonstra o consumo de energia direta da Copel.

Ano		2012	2011	2010	
Fonte	Combustível	Energia (GJ)			Utilização
Renovável	Álcool	11.767,73	9.289	24.940	Frota
	Biodiesel	8.201,40	-	-	Frota/UTE/Geradores
	TOTAL RENOVÁVEL	19.969,13	9.289	24.940	
Não Renovável	Carvão Mineral	2.040.298,00	2.030.000	2.088.000	UTE Figueira
	Gás Natural	17.151.954,67	19.600	10.652.000	UTE Araucária
	GLP	30,54			
	Querosene de Aviação	993,62			
	Diesel	52.591,91	165.334 (a)	159.997 (a)	Frota/UTE/Geradores
	Gasolina	173.077,95	63.472 (b)	47.328 (b)	Frota
	TOTAL FÓSSIL	19.418.946,69	2.278.406	12.947.325	
TOTAL		19.438.915,82	2.287.695	12.972.265	

(a) somente frota

(b) inclui gás natural

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia é adquirida com prioridade para os modelos que utilizam álcool como combustível. Quando necessária a aquisição de modelo a diesel, procura-se verificar atendimento às exigências legais quanto à emissão de poluentes. Na Copel, o setor de transporte e demais áreas que fazem uso de veículos da Companhia realizam a prática de manutenções operativas, preventivas e corretivas, principalmente no que tange ao catalisador e ao sistema de escapamento, para controle da emissão de poluentes.

7.10 Água

Principais números relativos à água em 2012:

7.10.1 Consumo próprio de água

O consumo de água em unidades administrativas oriundo da rede pública de abastecimento da Sanepar atingiu 149.543 m³ em 2012, o que representa decréscimo de 11,8% em relação a 2011.

A tabela a seguir mostra a retirada de água de outras fontes diretamente pela organização ou por empresas concessionárias. **GRI EN8**

Total de retirada de água, por fonte (m ³)	
Água de superfície, pântanos, rios, lagos e oceanos ¹	22.241.516
Águas subterrâneas	5.228
Água descartada por outra organização	-
Água municipal ou de concessionárias ²	2.616.988

¹UTE Figueira. A água retirada/descartada pelo processo produtivo hidrelétrico da Copel não entra nesse critério.
²UTE Araucária = 2,5 milhões de m³, o restante foi utilizado pelas unidades administrativas.

As atividades da Copel não interferem nas áreas úmidas listadas pela Convenção de Ramsar (1971), que trata da conservação e uso racional de zonas úmidas, assim como o consumo de água não afeta significativamente ecossistemas e habitats naturais. **GRI EN9**

No processo de geração de energia elétrica, ocorre simplesmente o turbinamento da água represada nos reservatórios, não sendo considerada, portanto, água consumida.

Nas usinas, o sistema de resfriamento utiliza água bruta de corpos d'água superficiais e ocorre em circuito aberto, sem recirculação, exceto na Usina Elétrica a Gás de Araucária. A Copel não recicla a água utilizada em suas unidades administrativas. **GRI EN10 parcial**

Desde 2010, o prédio da Unidade de Transmissão Norte, em Londrina, está adaptado para aproveitar a água da chuva nas atividades que não demandam o uso de água tratada, resultando em expressiva economia. Outras três agências na região de Ponta Grossa já instalaram o sistema de captação e armazenagem da água da chuva: Telêmaco Borba, Castro e Jaguariaíva. Porém, a Copel não tem o volume total de água reciclada e reutilizada, por fonte, de suas operações.

7.10.2 Efluentes

Em 2012, foram implantados sistemas de tratamento de esgoto na vila residencial da UHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza e em três PCHs. Estão em fase de implantação sistemas de tratamento de esgoto em mais sete, que estarão em pleno funcionamento em 2013.

O monitoramento de efluentes da Usina Termelétrica Araucária é realizado quinzenalmente pelo Lactec, que emite relatórios semestrais da qualidade de efluentes. Na Usina Termelétrica Figueira, o monitoramento é realizado pela própria empresa. São avaliados parâmetros físico-químicos e microbiológicos com o objetivo de avaliar o atendimento aos padrões de lançamento estabelecidos pela legislação. O volume total descartado pela Usina foi de 30,4 mil m³. **GRI EN21 parcial**

Os efluentes domésticos, gerados nas unidades administrativas da companhia, são enviados para o sistema de coleta de esgoto municipal. Assim, a retirada de água e os descartes de efluentes da Copel não afetam significativamente corpos d'água e habitats relacionados. **GRI EN25**

7.10.3 Gestão socioambiental de reservatórios

A Copel desenvolve ações que apoiam a gestão ambiental por microbacias hidrográficas. Essas iniciativas têm o objetivo de identificar as fontes de poluição nas bacias de contribuição dos reservatórios; planejar, em parceria com demais instituições do Estado, o uso e a ocupação do solo; participar de programas estaduais relacionados a ações de preservação ambiental em microbacias contribuintes de reservatórios; implantar medidas de caráter preventivo e corretivo; e controlar a incidência de algas e macrófitas, visando melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das UHEs da Copel, bem como promover seu uso múltiplo.

7.10.4 Controle da qualidade da água dos reservatórios

A Copel realiza análises trimestrais para monitoramento da qualidade da água dos seus reservatórios, bem como da água do rio a montante e jusante dos mesmos. Nas usinas em operação, são monitorados 25 parâmetros físico-químicos e biológicos e nos novos empreendimentos é monitorada uma gama ainda maior, que inclui análise de sedimentos e agrotóxicos. Estudos em parceria com o Lactec buscam identificar as principais fontes de aporte de nutrientes ao reservatório, visando priorizar ações para evitar problemas de eutrofização no mesmo.

7.10.5 Base de Dados Hídrica com método de Ottocodificação da Agência Nacional das Águas

A representação dos elementos hidrográficos nas atividades governamentais é essencial para a execução de inúmeras atividades. Mas no Paraná, os mapeamentos que eram feitos dificultavam as análises regionais e não contemplavam as necessidades de cada empresa.

Isso motivou, em 2012, a criação de um grupo de trabalho especial, formado por diversas instituições, com a finalidade de produzir um mapeamento correto da base hidrográfica do Estado, ao qual a Copel faz parte e tem grande atuação. Um dos estudos realizados por tal grupo é a análise das Ottobacias, por meio da metodologia computacional da Agência Nacional de Águas (ANA), para a construção da Rede Hídrica Ottocodificada.

Ottobacia é uma bacia relacionada à rede hídrica por meio de um código hierárquico, sendo que para cada trecho da rede existe uma ottobacia hidrográfica associada. A partir delas são geradas as microbacias e sub-bacias, mapeadas por um sistema específico. Já a rede hídrica

ottocodificada consiste em um conjunto de processos para tratamento topológico da rede hidrográfica, com base na codificação do método Otto Pfafstetter, que permite associar e extrair informações de cada trecho da rede. Assim, são geradas tabelas contendo informações da topologia hídrica, definidas por um conjunto de informações por trecho de curso d'água, tendo como referência sua área de contribuição.

7.11 Biodiversidade

Como realizamos a gestão da biodiversidade em nossa Companhia em 2012:

7.11.1 Programa de Gestão da Biodiversidade

GRI EN14

Para contribuir com a conservação da biodiversidade do Paraná e atender a legislação ambiental, a Copel instituiu o Programa de Gestão da Biodiversidade, que tem como estratégias:

- Utilizar o potencial das áreas naturais bem conservadas pertencentes à Companhia que não sejam áreas de preservação permanente ou reserva legal, prevenindo sua transformação em unidades de conservação, notadamente em reserva particular do patrimônio natural (RPPN)
- Estimular a recuperação ambiental das áreas naturais pertencentes à Companhia, representativas das várias regiões fitogeográficas do Estado, localizadas em espaços administrativos e operacionais; bem como a conservação da biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras dos reservatórios da Copel
- Implementar ações para contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade o Paraná
- Incentivar as áreas de construção e manutenção da Companhia a adotar métodos de minimização de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos
- Promover a sinergia com os programas corporativos já existentes

Segundo estudo realizado em 2008 em parceria com o IAP, a Copel administra 13.462,73 hectares de áreas identificadas como potenciais para criação de unidades de conservação na Floresta Atlântica da Serra do Mar Paranaense. **GRI EN11**

De acordo com a lista vermelha (IUCN) de espécies ameaçadas no Estado do Paraná, somadas àquelas em nível nacional, consideram-se 35 espécies de flora indicadas como ameaçadas de extinção. Contudo, projetos de resgate de flora e reprodução em viveiro (conservação ex situ) foram feitos para mitigar a situação. **GRI EN15**

A empresa possui áreas conservadas representativas do bioma onde está inserida. Desde a década de 70, à medida que construía seus empreendimentos, a Copel passou a monitorar as áreas conservadas ligadas ao mesmo. Dentre as que se encontravam degradadas, foram recuperados 440 hectares, com o plantio de 786 mil mudas. **GRI EN13 | EU13**

7.11.2 Programa de monitoramento e repovoamento da Ictiofauna

O Programa acompanha as mudanças nas comunidades de peixes afetadas pelas barragens da Copel e realiza o manejo dessas espécies, mitigando impactos e atendendo necessidades legais e sociais. Em relação às demandas por alevinos, o programa de repovoamento auxilia no atendimento a órgãos ambientais e governamentais e a eventos promovidos em prol do meio ambiente.

Em 2012, houve a produção de 212 mil indivíduos, tendo sido liberados 67 mil alevinos nos reservatórios da Copel e 20 mil em eventos ambientais realizados com as prefeituras. Também foram cedidos 80 mil indivíduos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para uso em manejo ambiental. Dentre estes, encontra-se o surubim do Iguaçu, espécie considerada ameaçada de extinção.

Nesse período, foram resgatados 2.381 peixes durante procedimentos de manutenção de usinas e em emergências ambientais, 70% deles com vida.

7.11.3 Programa Florestas Ciliares

O principal objetivo do Programa é a recuperação dos ambientes naturais circunjacentes aos reservatórios das usinas, feita essencialmente por meio de plantios florestais. O trabalho é realizado em imóveis da Copel, bem como em imóveis de terceiros, cujos proprietários possuam interesse em aderir ao Programa.

A fim de isolar áreas a serem recuperadas de animais de criação, muitas vezes montam-se cercas antes de iniciar os plantios. Em 2012, foram plantadas 93.415 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 40 hectares. Também foi realizado o cercamento de 38 quilômetros, para proteção das áreas reflorestadas.

7.11.4 Hortos Florestais

Nos Hortos florestais são produzidas as mudas necessárias para atendimento dos programas de compensação ambiental que necessitam de reflorestamento. Além do Programa de Florestas Ciliares, são produzidas mudas para compensação ambiental de supressão vegetal decorrente da abertura de faixa para linhas de transmissão e distribuição, repasse de mudas de arborização urbana para as prefeituras conveniadas e para compor o paisagismo de áreas administrativas da Companhia.

A produção de mudas inclui 138 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive várias espécies raras e ameaçadas de extinção. Em 2012, os hortos florestais da Companhia produziram 362 mil mudas.

7.12 Emissões

O acompanhamento das emissões decorrentes de nossas atividades:

7.12.1 Emissões de gases do efeito estufa

Todos os anos a Copel elabora seu inventário de gases do efeito estufa (GEE), baseado no modelo de cálculo do GHG Protocol Brasil. Para tanto, a Companhia opta pelo reporte com base na abordagem por controle operacional. **GRI EN16**

De acordo com o inventário de 2012, as maiores fontes de emissão direta (escopo 1) da Copel são a Usina Termelétrica de Figueira e a frota da Companhia. As emissões de GEE da Companhia, de 2010 a 2012, são detalhadas na tabela a seguir:

Emissões de GEE por escopo		
Ano	Escopo 1	Escopo 2
2010	212.070,8	100.242,1
2011	208.992,9	103.878,9
2012	195.021,4	232.325,3

O resultado dos inventários de emissões de GEE da Copel estão disponíveis no site do programa brasileiro do GHG Protocol: <http://www.registropublicodeemissoes.com.br>.

A Copel, como membro fundador do Programa Brasileiro GHG Protocol, elabora e declara suas emissões de GEE desde 2008. Por ser signatária, a Companhia segue os princípios

estipulados no programa, como: mensurar suas emissões por meio de instrumentos e padrões de qualidade internacionais, fazendo parte de uma plataforma para publicação de inventários de GEE corporativos e organizacionais.

Além de participar do GHG Protocol, a Companhia realiza outras iniciativas, tais como:

- Publica informações sobre emissões de GEE no Carbon Disclosed Project (CDP);
- Participa, em conjunto com outras empresas do setor elétrico, no projeto de P&D, para definir uma metodologia para medição de emissões de GEE de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- Realiza o projeto P&D, em conjunto com o Lactec, para medir os GEE na bacia de acumulação do reservatório da UHE Mauá nas fases de formação do reservatório.
- Faz reuniões por sistemas de teleconferência e videoconferência em suas unidades, para minimizar o deslocamento físico e uso de veículos, economizando combustíveis e reduzindo as emissões de GEE; **GRI EN7**
- Realiza a troca de veículos a gasolina por modelos flex. **GRI EN6**

Por meio de sua controlada Elejor, a Companhia possui um projeto de MDL que, em 2012, apresentou resultados expressivos. No mercado mundial, foram vendidos 385.070 tCO₂ de Voluntary Carbon Units (VCUs) (obs.: não serão mais emitidos) e 229.464 tCO₂ de Certified Emission Reductions (CERs). Entre 2011 e 2012, foi registrado 704.526 tCO₂. de emissões de CERs. **GRI EU5 I EN18 parcial**

7.12.2 Outras emissões indiretas de gases do efeito estufa (GEE)

As emissões referentes à compra de energia e às perdas de energia nos sistemas de transmissão e distribuição são publicadas no inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) da Copel, como parte do escopo 2.

No escopo 3, são alocados viagens aéreas, transporte com terceiros, resíduos para destinação. Em 2012, o total de emissões indiretas no escopo 3 foi de 15.403,13 tCO₂eq. **GRI EN17**

7.12.3 Emissões de óxidos de enxofre e nitrogênio

As emissões de óxidos de nitrogênio e enxofre - NOx e SOx nas Usinas Termelétricas Figueira e Araucária, são apresentados na tabela a seguir. Os valores foram obtidos mediante análise semestral efetuada nas referidas usinas e são relatados anualmente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP. *GRI EN20 parcial*

Emissões atmosféricas de NOx e SO2 (t)			
	2012	2011	2010
NOx	1.410	437	141
SOx	4.576	3.721	1.822

7.12.4 Emissões de material particulado

As emissões de material particulado de fontes fixas ocorrem na Usina Termelétrica Figueira e são monitoradas semestralmente pela Companhia. Em 2012, o volume gerado foi de 17,5 toneladas. *GRI EN20 (parcial)*

7.12.5 Utilização de substâncias destruidoras da camada de ozônio

Gases destruidores da camada de ozônio são utilizados na Companhia somente na operação e manutenção de ar condicionado, e a reposição dessas substâncias é feita por empresas contratadas, quando necessário. Para tanto, a Copel possui Cadastro Técnico Federal no Ibama e emite anualmente o inventário de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal.

GRI EN19 parcial

7.12.6 Projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados ao meio ambiente

A Companhia realiza alguns projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados às melhorias que pode trazer ao meio ambiente.

Avaliação de GEE da área de influência de reservatórios em construção: com esse estudo realizado, desde 2010, a Copel busca determinar a contribuição da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Mauá em relação à emissão de GEE, por meio da modelagem do reservatório e determinação dos pontos de medição na região que será alagada. O projeto será finalizado em 2013, com um investimento de R\$ 2.404.376,00. As medições foram realizadas

antes, durante e após o enchimento do reservatório, avaliando-se a formação de GEE. **GRI EU8**

7.13 Outros programas e projetos

Descrição de programas e projetos significativos:

7.13.1 *Redes Compactas*

A Copel vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores, além de melhorar a qualidade do fornecimento de energia, uma vez que reduz o número de desligamentos. Ao final de 2012, a extensão das redes compactas de distribuição instaladas era de 4.118 km.

7.13.2 *Redes Secundárias Isoladas*

A Companhia também investe em redes secundárias isoladas de baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional. Entre as vantagens, se destacam: a melhora dos indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor); o aumento de segurança contra o roubo de energia; a melhora das condições ambientais e área de podas; a ampliação da segurança; a diminuição da queda de tensão ao longo da rede; e o aumento da vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede. Ao final de 2012, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 8.967 km.

7.13.3 *Programa de Arborização Urbana*

Incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Copel, por meio de ações junto às Prefeituras, visando à convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. O plantio de árvores adequadas em locais corretos resulta em menor necessidade de intervenções com podas drásticas e na redução de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2012, foi finalizada a execução de oito convênios na modalidade de "substituição de árvores e fornecimento de mudas" e firmados outros 11 novos convênios com municípios da

área de concessão da Copel, incluindo as Prefeituras Municipais de Curitiba e Londrina, consideradas cidades prioritárias para atuação no Programa.

No período, foram removidas 1.251 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e fornecidas 2.543 mudas, com tamanho padrão para plantio nas calçadas, produzidas nos hortos florestais da Companhia.

7.14 Investimentos

A tabela a seguir apresenta os investimentos ambientais da Companhia:

GRI EN 30

Gastos e investimentos totais em proteção ambiental	
Tipo	2012
Tratamento e disposição de resíduos	R\$ 946.000
Tratamento de emissões	R\$ 1.256.000
Custos de mitigação e remediação	R\$ 42.576.000
Custos de prevenção	R\$ 190.302.000
Custos de gestão ambiental	R\$ 38.810.000

8. Balanço Social Ibase+NBCT-15

8.1 Balanço Social Ibase+NBCT-15

BALANÇO SOCIAL ANUAL					
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		2012		2011	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 30	Receita Líquida - RL	8.532.217		7.776.165	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
NE 31.3	Remuneração dos administradores	12.180	0,1	9.652	0,1
	Remuneração dos empregados	808.107	9,5	715.967	9,2
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	101.222	1,2	93.273	1,2
NE 31.3	Encargos sociais compulsórios	274.699	3,2	223.091	2,9
NE 23.3	Plano previdenciário	55.492	0,7	51.119	0,7
NE 23.3	Saúde (Plano assistencial)	140.595	1,6	107.132	1,4
	Capacitação e desenvolvimento profissional	12.767	0,1	14.915	0,2
NE 31.3	Participação nos lucros e/ou resultados	29.940	0,4	48.068	0,6
NE 31.3	Indenizações Trabalhistas	168.822	2,0	64.442	0,8
(1)	Outros benefícios	13.657	0,2	14.341	0,2
	Total	1.617.481	19,0	1.342.000	17,3
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Esporte e Cultura	10.355	0,1	12.622	0,2
NE 31.7	Lei do incentivo ao esporte	2.296	-	2.456	-
NE 31.7	Projetos culturais diversos - lei Rouanet	7.873	0,1	10.059	0,1
	Projetos culturais diversos - ISS e IPTU	186	-	107	-
	Programas	108.380	1,3	132.993	1,7
	Programa de Reassentamento de Famílias	44.184	0,5	59.613	0,8
	Programa de Eficiência Energética - PEE	46.473	0,5	25.081	0,3
NE 31.7	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	1.912	-	2.905	-
	Outros programas	15.811	0,2	45.394	0,6
	Total das contribuições para a sociedade	118.735	1,4	145.615	1,9
	Tributos (excluídos encargos sociais)	4.659.967	54,6	4.575.338	58,8
	Total	4.778.702	56,0	4.720.953	60,7
4 - INDICADORES AMBIENTAIS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	273.681	3,2	200.272	2,6
	Estudos Ambientais e Implantação de Programas Básicos Ambientais - PBAs	36.665	0,4	34.586	0,4
	Pesquisa e Desenvolvimento	35.502	0,4	40.213	0,5
	Gestão de resíduos, efluentes e emissões	2.631	-	2.257	-
	Programas de proteção de Fauna e Flora	198.883	2,3	123.216	1,6
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	209	-	645	-
	Total	273.890	3,2	200.917	2,5
(2)	Quantidade de sanções ambientais	1		3	
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	10		41	
NE - Nota Explicativa					

				2012				2011
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)								
Empregados no final do período		9.627			9.545			
Admissões durante o período		708			1.057			
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Total Superior e extensão universitária		4.130	2.895	1.235	4.018	2.851	1.167	
Total 2º Grau		5.258	4.439	819	5.206	4.425	781	
Total 1º Grau		239	225	14	321	297	24	
Faixa etária dos empregados(as):								
(3)	Abaixo de 18 anos	32			66			
	De 18 até 30 anos (exclusive)	1.873			2.069			
	De 30 até 45 anos (exclusive)	4.003			3.804			
	De 45 até 60 anos (exclusive)	3.664			3.557			
	Acima de 60 anos	55			49			
Mulheres que trabalham na empresa		2.068			1.972			
% Mulheres em cargos gerenciais:								
em relação ao nº total de mulheres		6,1			5,7			
em relação ao nº total de gerentes		19,6			18,8			
Negros(as) que trabalham na empresa		1.054			1.066			
% Negros(as) em cargos gerenciais:								
em relação ao nº total de negros(as)		4,0			2,9			
em relação ao nº total de gerentes		6,5			5,1			
Portadores(as) de necessidades especiais		178			93			
Dependentes		17.017			16.476			
(4)	Terceirizados	5.524			5.220			
(5)	Aprendiz (es)	252			-			
(5)	Estagiários(as)	378			323			
(6)	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	2.969			2.625			
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	960			481			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					16			16
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)					265			244
(7)	Número total de reclamações e críticas de consumidores:							
	na Empresa				79.722*			113.115
	no Procon				638			479
	na Justiça				1.635			1.600
(7)	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:							
	na empresa				100,0%			100,0%
	no Procon				82,9%			93,9%
	na Justiça				21,4%			39,6%

* Valor referente às reclamações consideradas procedentes, não incluindo reclamações associadas a Interrupção do Fornecimento de Energia Elétrica

9. Índice Remissivo GRI-G3.1 e Correlação com o Pacto Global

9.1. Índice Remissivo GRI-G3.1 e Correlação com o Pacto Global

Indicadores essenciais
 Indicadores adicionais
 EU (ind. setorial)

GRI G3.1	Tema	Pacto Global	Relatório de Sustentabilidade 2012: localização - itens
1	ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	Declaração do Presidente sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	1.1
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	1, 4.13.1, 4.14, 6.16
2	PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1	Nome da organização.		3.1
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.		3.1, 3.3
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.		3.2
2.4	Localização da sede da organização.		3.1
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países onde se encontra a maior parte das operações ou os que são especificamente relevantes aos problemas de sustentabilidade abordados no relatório.		3.1.1
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.		3.1
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).		3.1.1, 5.2.2
2.8	Porte da organização.		5.2.2, 5.3.1, 6.3.1
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.		1.1
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.		3.4
	PERFIL ORGANIZACIONAL ESPECÍFICO AO SETOR ELÉTRICO		
EU1	Capacidade instalada, discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório.		3.3.1
EU2	Produção líquida de energia, discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório.		3.3.1
EU3	Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais.		6.5.1
EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório.		3.3.2, 3.3.4
EU5	Alocação de permissões (<i>allowances</i>) de emissões de equivalentes de CO ₂ , discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono.		7.12.1
3	PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO		
	Perfil do Relatório		
3.1	Período coberto pelo relatório (por exemplo: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas.		2.1
3.2	Data do relatório anterior mais recente (se houver).		2.1

3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc.).		2.1
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.		2.1
Escopo e Limite do Relatório			
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório.		2.1; 2.2
3.6	Limite do relatório (por exemplo: países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores). Ver GRI Boundary Protocol para orientação adicional.		2.1
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório. (ver o princípio da informação exaustiva para explanação do escopo).		2.1
3.8	Base para a elaboração do relatório sobre joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras entidades que possa afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.		2.1
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório. Explique quaisquer decisões em não aplicar ou divergir substancialmente dos GRI Indicator Protocols.		2.1
3.10	Explicação das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em relatórios anteriores, bem como das razões para tal reformulação (por exemplo: fusões/aquisições, alteração dos anos/períodos base, natureza do negócio, métodos de medição).		2.1
3.11	Mudanças significativas no escopo, limites ou métodos de medição aplicados no relatório em comparação com anos anteriores.		2.1
Sumário de Conteúdo da GRI/G3			
3.12	Tabela de identificação da localização das divulgações-padrão no relatório.		9.1
Verificação			
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.		2.1, 4.9
4	GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO		
Governança			
4.1	Estrutura de governança corporativa, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como definição da estratégia ou supervisão da organização.		4.4
4.2	Indicação caso o Presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo.		4.5
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros do mais alto órgão de governança independentes e/ou não executivos.		4.4
4.4	Mecanismos para acionistas e funcionários fazerem recomendações ou darem orientações para a governança.		4.10.2, 6.2.6
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, gestores sênior, e executivos (incluindo acordos decisórios), e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).		4.5
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.		4.12
4.7	Processo para determinação da composição, das qualificações e habilidades exigidas dos membros de governança e seus comitês incluindo qualquer consideração sobre gênero e outros indicadores de diversidade.		4.5
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta, princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social e o status de sua implementação.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	4.2, 4.10.1, 6.1.8
4.9	Procedimentos de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes e aderência ou conformidade com padrões, códigos de conduta e princípios internacionalmente acordados.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	4.12
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho da governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.		4.5
Compromissos com Iniciativas Externas			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	7	4.13.1
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas voluntárias desenvolvidas externamente, de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	4.15, 6.1.8
4.13	Participação significativa em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa nas quais a organização: * Possui posições em órgãos de governança; * Participa em projetos ou comitês; * Contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes; ou * Vê como estratégica sua	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	6.1.8

	participação como membro.		
Engajamento das Partes Interessadas			
4.14	Relação entre grupos de partes interessadas envolvidas pela organização.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	2.2
4.15	Base para a identificação e seleção das partes interessadas a serem envolvidas.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	2.2
4.16	Abordagens para o engajamento das partes interessadas, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos da parte interessada.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	2.2
4.17	Principais questões e preocupações que foram levantados por meio do engajamento das partes interessadas e que medidas foram adotadas, inclusive por meio de sua relatoria.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	2.2
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão do Desempenho Econômico	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	5.1, 5.1.1, 5.1.2
Forma de Gestão para o Setor Elétrico			
Disponibilidade e confiabilidade do sistema			
EU6	Forma de gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento de eletricidade a curto e longo prazo.		5.2.4
Gerenciamento pelo lado da demanda			
EU7	Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo programas residencial, comercial, institucional e industrial.		6.7 (Box Smart Grid)
Eficiência do sistema - Pesquisa e desenvolvimento (P&D)			
EU8 parcial	Atividades e despesas referentes à pesquisa e desenvolvimento visando à confiabilidade do fornecimento de eletricidade e à promoção do desenvolvimento sustentável		5.3.8, 7.12.6
Descomissionamento de usinas			
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares.		Considerado não aplicável a nossa Companhia, pois não possuímos nenhum contrato de suprimento firmado diretamente com usina nuclear.
Desempenho Econômico			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.		5.3.4
EC2 parcial	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	7, 8	4.13.1
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.		6.3.3
EC4 parcial	Ajuda financeira significativa recebida do governo.		3.2
Presença no Mercado			
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo por gênero comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	6	6.3.2
EC6	Políticas e práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.		6.4
EC7	Procedimentos para a contratação local e proporção de cargos da alta gerência recrutados na comunidade em locais de operação significativos.	6	6.3.1
Impactos Econômicos Indiretos			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos, principalmente benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.		6.7.2, 6.7.3
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.		6.6.1
Disponibilidade e confiabilidade			
EU10	Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de eletricidade a longo prazo, discriminada por fonte de energia e sistema regulatório.		Indicador não relatado pois o planejamento da expansão da geração é realizado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, considerando toda a carga do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Eficiência do sistema			
EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas, discriminada por fonte de energia e por sistema regulatório.		Não relatado
EU12	Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia.		5.2.5
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão do Desempenho Ambiental	7, 8, 9	7, 7.1, 7.2
Materiais			
EN1	Materiais usados por peso ou volume. ¹	8	Não relatado
EN2 parcial	Porcentagem dos materiais usados provenientes de reciclagem.	8, 9	7.5
Energia			
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	8	7.9
EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	8	7.9
EN5 parcial	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	8, 9	7.9
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, bem como redução na necessidade de energia como resultado dessas iniciativas.	8, 9	6.6.2, 7.9, 7.12.1
EN7 parcial	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	8, 9	7.9, 7.12.1
Água			
EN8	Total de retirada de água por fonte. ²	8	7.10.1
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	8	7.10.1
EN10 parcial	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	8, 9	7.10.1
Biodiversidade			
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	8	7.11.1
EN12	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas. ³	8	7.2
EU13	Biodiversidade de habitats de substituição em comparação à biodiversidade das áreas afetadas.		7.11.1
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	8	7.2, 7.11.1
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade. ⁴	8	7.11.1
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em lista nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	8	7.11.1
Emissões, Efluentes e Resíduos			
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito de estufa por peso. ⁵	8	7.12.1
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito de estufa por peso.	8	7.12.2
EN18 parcial	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções atingidas.	8, 9	7.12.1
EN19 parcial	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio por peso.	8	7.12.5
EN20 parcial	NOx e SOx e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso. ⁶	8	7.12.3, 7.12.4
EN21 parcial	Descarga total da água por qualidade e destinação. ⁷	8	7.10.2
EN22	Peso total de resíduos por tipo e método de disposição. ⁸	8	7.6
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	8	7.8
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	8	7.6; 7.7
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	8	7.10.2
Produtos e Serviços			

EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	8, 9	7.4
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	8, 9	Considerado não aplicável à Copel, visto que nosso produto é energia e, portanto, não está sujeito à avaliação quanto a esta categoria.
Conformidade			
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias, resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	8	Nenhuma multa foi identificada para as subsidiárias integrais da Companhia em 2012. A Copel firmou dois Termos de Compromisso com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para doação de mudas, com o objetivo de compensar/mitigar podas irregulares no município. Obs.: A Companhia pactuou outros termos em 2012, porém, foram motivados pelas condicionantes dos procedimentos administrativos licenciamentos/autorizações ambientais, e não por descumprimento a leis ou regulamentos ambientais, como questionado no item 2.1 do EN28. Não houve nenhum caso levado a mecanismos de solução de disputas.
Transporte			
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como transporte dos trabalhadores.	8	7.9
Geral			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	7, 8, 9	7.14
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão Referente a Práticas Trabalhistas	1, 2, 3, 4, 5, 6	6.1.1 a 6.1.8
Forma de Gestão para o Setor Elétrico			
EU14 parcial	Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão de obra qualificada.		6.3.4
EU15	Porcentagem de empregados com direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, discriminada por categoria funcional e região.		6.3.10
EU16	Políticas e exigências referentes à saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratados.		4.16, 6.1.1, 6.1.2, 6.3.4, 6.3.9, 6.4
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente			
Emprego			
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região com quebra por gênero.		6.3.1, 6.3.10
LA2 parcial	Número total de novos empregados contratados e taxa de rotatividade por faixa etária, gênero e região.	1, 2, 3, 4, 5, 6	6.3.1, 6.3.10
EU17	Dias trabalhados por trabalhadores terceirizados e subcontratados envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção.		Devido à especificidade de cada contrato, o sistema de gestão de terceirizados não contempla horas dispendidas por terceirizados. Está sendo analisada a possibilidade de inclusão de dados complementares no sistema.
EU18 parcial	Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança.		6.3.4
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por operações significativas.	6	6.3.3
LA15	Retorno ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental, por sexo.		Não relatado
Relações entre os Trabalhadores e a Governança			
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	1, 2, 3	6.3.5

parcial			
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	1, 2, 3	Não há prazo mínimo pré-definido
Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	1	100%, 8.1
LA7 parcial	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e gênero	1	6.3.10
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	1	6.3.9, 6.5.5
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	1	Não relatado
Treinamento e Educação			
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por gênero e categoria funcional.	1	Não relatado
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos empregados e para gerenciar o fim da carreira.	1	Não relatado
LA12	Porcentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira, por gênero.		Indicador ainda não relatado, pois ainda está em andamento, em 2013, a implantação de política que permitirá reunir esses dados.
Diversidade e Igualdades de Oportunidades			
LA13 parcial	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação dos empregados por categoria, de acordo com o gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	1, 2, 6	6.3.10
Igualdades de Remuneração para Mulheres e Homens			
LA14	Proporção de salário e remuneração básica entre homens e mulheres e homens por categoria funcional e unidades operacionais importantes.	1, 2, 6	6.3.10
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão Referente a Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5, 6	6.1.2
Práticas de Investimento e de Processos de Compra			
HR1	Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	1, 2, 4, 5, 6	6.4
HR2	Percentual de fornecedores, empresas contratadas e outros parceiros de negócio significativos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas que foram tomadas.	1, 2, 4, 5, 6	6.4
HR3	Total de horas de treinamento de empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a porcentagem de empregados treinados.	1, 2, 3, 4, 5, 6	Não relatado
Não-discriminação			
HR4 parcial	Número total de casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas.	1, 2, 6	6.3.7
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva			
HR5	Operações e importantes fornecedores identificados nos quais o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode ser violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar este direito.	1, 2, 3	6.3.5, 6.4
Trabalho Infantil			
HR6	Operações e importantes fornecedores identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	1, 2, 5	6.4
Prevenção ao Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	1, 2, 4	6.4
Práticas de Segurança			
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes a organização.	1, 2	6.3.4
Direitos Indígenas			
HR9		1, 2	Não houve casos de violação de direitos de

	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.		indígenas, praticados pela empresa, no ano de 2012.
	Impacto		
HR10	Percentual e número total de operações que tenham sido sujeitos a revisões de direitos humanos e / ou avaliações de impacto.		Não relatado
	Remediação		
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivados, tratados e resolvidos através de mecanismos de reclamação formal.		Não relatado
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão Referente à Sociedade	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	6.1.3
	Forma de Gestão para o Setor Elétrico		
EU19	Participação de stakeholders em processos decisórios relacionados a planejamento energético de desenvolvimento de infraestrutura	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	6.1.3, 6.6.1
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	1, 7	6.6.1, 6.7.3, 7.2.2, 7.2.3
EU21	Medidas para planejamento de contingência, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências, além de planos de recuperação/restauração	1, 7	3.3.1.1
	Comunidade		
SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo a entrada, operação e saída. (EUSS) Percentual de operações com a implementação do envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e desenvolvimento de programas. (G3.1)	1, 7	6.6.1, 7.2
EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminados por tipo de projeto.	1, 7	7.2.2, 7.2.3
SO9	Operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.		6.7.3, 7.2
SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo atual ou potencial impacto significativo nas comunidades locais.		6.7.3, 7.2
	Corrupção		
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	10	4.10
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	10	4.10
SO4	Medidas tomadas em resposta à ocorrência de corrupção.	10	4.10
	Políticas Públicas		
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	6.7
SO6	Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	10	Considerado não aplicável visto que a Companhia é legalmente impedida de efetuar esse tipo de contribuição.
	Concorrência Desleal		
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.		Considerado não aplicável visto que a Companhia não possui esse tipo de ação judicial.
	Conformidade		
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	1	Não houve
DMA	Descrição sobre Forma de Gestão Referente à Responsabilidade pelo Produto e Serviços	1, 8	6.1.4
	Forma de Gestão para o Setor Elétrico		
EU23	Programas, inclusive aqueles em parceria com o governo, visando melhorar ou manter o acesso à eletricidade e serviço de assistência ao consumidor.	1	6.7.2, 6.7.3
EU24	Práticas para lidar com barreiras relacionadas a idioma, cultura, baixa escolaridade e necessidades especiais que se interpõem ao acesso a eletricidade e serviço de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro.	1	6.1.4, 6.5.5
	Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	1	6.5.5
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o	1	Ainda não possuímos controle para fundamentar resposta a este indicador

	ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.		
EU25 parcial	Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças.	1	6.5.5
Rotulagem de Produtos e Serviços			
PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.		Considerado não aplicável a nossa Companhia pois os serviços de distribuição de energia e telecomunicações não permitem rotulagem.
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.		Considerado não aplicável a nossa Companhia pois os serviços de distribuição de energia e telecomunicações não permitem rotulagem.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.		6.5.4
Comunicações de Marketing			
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	1	Não relatado
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	1	Não foram identificados casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing.
Privacidade do Cliente			
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	1	Não relatado
Conformidade			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso dos produtos e serviços.	1	6.5.3
Acesso a serviços e atendimento a clientes			
EU26 parcial	Percentual da população não atendida em áreas com distribuição ou serviços regulamentados.	1	6.7.2
EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração do desligamento e por sistema regulatório	1	Não relatado
EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia.	1	6.5.3
EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia.	1	6.5.3
EU30	Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório.	1	Não relatado

10. Certificação

10.1 Asseguração pela KPMG

Nosso relatório está em processo de asseguração conduzido pela KPMG, com previsão de conclusão para 30.08.2013, quando divulgaremos neste espaço a Carta de Asseguração.

10.2 Checagem do nível de aderência pela GRI

Submeteremos nosso Relatório à checagem do nível de aderência pela GRI após a conclusão do trabalho de asseguração pela KPMG.

11. Créditos

11.1 Créditos

Coordenação Editorial

Secretaria de Governança Corporativa / Departamento de Redação e Protocolo Central

Consultoria e conteúdo

TheMediaGroup

Projeto gráfico

TIF Comunicação

Fotos:

As pessoas fotografadas para ilustrar nosso Relatório de Sustentabilidade 2012 são empregados da Copel e representam toda a força de trabalho que faz desta Companhia a maior empresa do Paraná.